



PIC LEADER +
RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO
2005





Índice geral

Introdução.....	7
1 Alteração das condições gerais.....	7
1.1 Evolução socio-económica.....	7
1.2 Alteração das políticas nacionais e sectoriais.....	8
1.3 Coerência entre intervenções dos Fundos e outros instrumentos financeiros ..	8
1.4 Novas intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos.....	8
1.5 Problemas no financiamento nacional (público ou privado).....	8
2 Estado de adiantamento dos diferentes eixos prioritários e das medidas.....	9
2.1 Indicadores por eixo e medida.....	9
2.1.1 Objectivos específicos	9
2.1.2 Realização física.....	11
2.1.3 De resultado.....	11
2.1.4 De impacto.....	12
2.2 Condições e dificuldades na execução e medidas de resolução	20
2.3 Contribuição qualitativa, quantitativa e financeira para as 3 prioridades transversais: desenvolvimento local, igualdade homens-mulheres e emprego na sociedade de informação	22
2.4 Projectos de natureza ambiental e projectos em zona de Rede Natura	27
3 Execução financeira.....	31
3.1 Recapitulativo das despesas e pagamento	31
3.1.1 Acumulado	31
3.1.2 Ano de 2005	31
3.2 Execução financeira prevista e real	32
3.2.1 Vector 1	32
3.2.2 Vector 2	44
3.2.3 Vector 3	52
3.2.4 Vector 4	59
3.3 Execução financeira por DI.....	60
3.4 Execução financeira em LVT.....	63
3.5 Necessidades financeiras face ao executado e ao programado.....	66
4 Disposições tomadas pela autoridade de gestão e pelo Comité de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução.....	67
4.1 Acções de acompanhamento e de avaliação.....	67
4.1.1 Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do PIC LEADER+ - Recomendações	68
4.2 Acções de controlo financeiro	71
Acções de controlo 1º nível	71
4.2.1 Acções de certificação de despesas	75
4.3 Utilização da assistência técnica.....	77
4.4 Medidas tomadas para assegurar a publicidade da intervenção	77
4.5 Comité de Direcção Leader +.....	79
5 Medidas tomadas para assegurar a compatibilidade com as políticas comunitárias e a coordenação de conjunto.....	79
Anexo 1 – Transferências Financeiras CCE/Portugal	81
Anexo 2 – Quadros de execução financeira nacional.....	82



Anexo 2.1 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 1	82
Anexo 2.2 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 2	83
Anexo 2.3 – Quadros anuais de execução financeira – vector 1	84
Anexo 2.4 – Quadros anuais de execução financeira – vector 2	85
Anexo 3 – Indicadores comuns de acompanhamento	86

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Investimento por Tema Federador – Montante por Sub-medida	10
Gráfico 2: Nº de projectos e investimento por Tema Federador – Distribuição percentual por Sub Medida	10
Gráfico 3: Empregos novos e preservados por classe etária e género.....	14
Gráfico 4: Empregos novos por classe etária e género.....	14
Gráfico 5: Emprego novos e preservados por Sub-medidas.....	15
Gráfico 6: Postos de trabalho criados – tipologia.....	15
Gráfico 7: Postos de trabalho criados – Nível de escolaridade	16
Gráfico 8: Emprego criado-distribuição do nível de escolaridade por sub-medida (%)	17
Gráfico 9: Emprego Criado: Situação face ao emprego	17
Gráfico 10: Emprego criado por região-Tipologia.....	18
Gráfico 11: Emprego criado por região-Nível de escolaridade (%).....	19
Gráfico 12: Emprego criado por região: situação face ao emprego	19
Gráfico 13: Igualdade de oportunidades-Projectos promovidos por homens e mulheres (%).....	23
Gráfico 14: Igualdade de oportunidades-postos de trabalho criados por género (%)	24
Gráfico 15: Formandos- género e classe etária	25
Gráfico 16: Formandos-situação face ao emprego	26
Gráfico 17: Rede Natura - Número de projectos aprovados por sub-medida	27
Gráfico 18: Rede Natura - Investimento aprovado por Sub-medida.....	28
Gráfico 19: Rede Natura - Investimento aprovado por Regiões Agrárias.....	29
Gráfico 20: Rede Natura - Investimento aprovado por sub-medida e por Regiões Agrárias	29
Gráfico 21 : Investimento aprovado e aplicado por fontes de financiamento em 2002, 2003,2004 e 2005(€).....	33
Gráfico 22: Taxa de crescimento da aprovação e execução financeira por fontes de financiamento	34
Gráfico 23: Vector 1 - Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento	34
Gráfico 24: Vector 1 - Projectos aprovados –Nº por região.....	35
Gráfico 25: Vector 1 - Projectos aprovados por tipo de promotor–Nº e Investimento Total por região	36
Gráfico 26: Vector 1 -Taxa de aprovação e taxa de execução por região.....	36
Gráfico 27: Vector 1-Taxa de realização por regiões.....	37
Gráfico 28: Vector 1 -Investimento Aprovado – montante por regiões.....	38
Gráfico 29: Vector 1-Investimento não comunitário aprovado/Investimento total aprovado em % por regiões	38
Gráfico 30: Vector 1 Projectos aprovados por sub-medida.....	39
Gráfico 31: Vector 1 – Investimento aprovado e aplicado por medida e sub-medida ...	39
Gráfico 32: Vector 1 – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por Medida e Sub-medida	40
Gráfico 33: Vector 1 – Projectos aprovados por tipo de promotor (%)	41
Gráfico 34: Vector 1 Investimento aprovado por tipo de promotor.....	41
Gráfico 35: Vector 1 – Candidaturas encerradas - Investimento por medida e sub-medida (%)	43
Gráfico 36: Vector 1 – Candidaturas encerradas por tipo de promotor – Investimento Aplicado (%)	43
Gráfico 37: Vector 1 Projectos encerrados.....	44
Gráfico 38: LVT – Projectos aprovados por medida e sub-medida - nºprojecto(%).....	45



Gráfico 39: Investimento aprovado por medida e sub-medida – (%).....	45
Gráfico 40: Taxa de aprovação, execução e realização por medida e sub-medida – (%)	46
Gráfico 41: Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento	48
Gráfico 42 : Projectos aprovados – nº por Região Agrária	49
Gráfico 43 : Projectos aprovados – investimento por Região Agrária.....	50
Gráfico 44: Taxa de aprovação, execução e realização (%).....	50
Gráfico 45 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – nº de projectos.....	51
Gráfico 46 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento aprovado	52
Gráfico 47 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento (€).....	61
Gráfico 48: Domínio de intervenção – nº de projectos por género e classe etária.....	62
Gráfico 49: Domínio de intervenção – nº de projectos por tipo de promotor	62
Gráfico 50: LVT -Investimento aprovado por tipo de promotor (%).....	64
Gráfico 51: LVT -Investimento aprovado por medida e sub-medida (%)	64
Gráfico 52: LVT – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por medidas e sub- medidas.....	65

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Artigo 37º do Regulamento (CE) Nª 1260/1999 de 21 de Junho.

A metodologia seguida privilegiou três abordagens, uma a nível nacional, e outras duas a nível regional, nomeadamente, a nível de cada região agrária e da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Foi igualmente efectuada uma análise ao nível do emprego, cruzando dados por domínio de intervenção e tipo de promotor, por género (masculino e feminino), classe etária, situação no emprego e nível de escolaridade.

Relativamente aos projecto relacionados com questões de natureza ambiental, efectuou-se a triagem por domínios de intervenção, e adicionalmente procedeu-se ao cruzamento ao nível da freguesia com os projectos desenvolvidos em zonas abrangidas pela Rede Natura .

Todos os dados trabalhados em texto constam dos quadros apresentados em anexo.

No caso do Vector 3, por ser um vector da responsabilidade do EAT ao gestor, fez-se uma descrição detalhada das actividade no ponto 3.2.3.

1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Evolução socio-económica

Durante o ano de 2005 e na sequência de eleições realizadas ao nível nacional tomou posse o XVII constitucional. A alteração governamental produziu uma natural alteração ao nível da tutela. Pese embora esta alteração governamental, foi notória a continuidade da política de rigor orçamental, o que associado a um fraco crescimento da economia nacional, reflectiu na sociedade portuguesa um clima desfavorável ao investimento. Contudo, conforme é verificável nos dados financeiros apresentados, não se registou um reflexo directo deste ambiente sócio económico na execução financeira do programa. No entanto, caso se venha a verificar uma redução da verba PIDDAC (componente financeira nacional da administração central), como aliás esta previsto, em 2006 a somar

às deficiências já detectadas em 2005 (ver ponto 1.5) poderá implicar um aumento do risco de abrandamento na capacidade de realização associada ao programa.

1.2 Alteração das políticas nacionais e sectoriais

Apesar das alterações decorrentes da instituição de um novo governo, sempre naturais neste tipo de situação, não foram registadas mudanças significativas ao nível das políticas sectoriais que resultassem num impacte significativo ao nível da execução dos programa Leader+

1.3 Coerência entre intervenções dos Fundos e outros instrumentos financeiros

Não foram registadas alterações ao nível da coerência entre intervenções de fundos e de outros instrumentos de política financeira.

1.4 Novas intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos

Não foram registadas alterações significativas ao nível das intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos.

1.5 Problemas no financiamento nacional (público ou privado)

O valor de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) inscrito para 2005 foi inferior às necessidades de execução do Programa, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Vector	Necessidades (pedidos de Pagamento)	Disponibilidades	Diferença
Vector 1	4.292.974	3.800.176	492.798
Vector 2	619.469	405.894	213.575
Vector 3	536.387	536.387	0
Vector 4	430.707	430.707	0

O diferencial entre a execução do PIC LEADER+ e as disponibilidades do PIDDAC em termos globais foi de 706.373€ Este défice teve repercussão no reembolso do 3º Pedido

de Pagamento 2005, tendo ficado por transferir 34,5% do Vector 1 e o Vector 2 na sua totalidade.

2 ESTADO DE ADIANTAMENTO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS

2.1 Indicadores por eixo e medida

2.1.1 Objectivos específicos

Os objectivos específicos definidos no Programa Nacional estão associados aos temas federadores enquanto orientação estratégica na implementação de cada Plano de Desenvolvimento Local.

Face ao exposto apresenta-se uma abordagem por tema federador, com indicação do número de GAL, do nº de projectos e respectivo investimento aprovado.

O Tema 1 – Utilização de novos repositórios de saber fazer e de novas tecnologias enquadra a intervenção dos GAL *ADRAT e LEADER OESTE* e aglutina 240 projectos num total de investimento aprovado de 11.106.214€

O Tema 2 – Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais serve de base à estratégia dos GAL *ADERSOUSA, ADRIMINHO, SOL DO AVE, DESTIQUE, DOURO HISTÓRICO, AD ELO, ADAE, ADD, ADIBER, ADICES, DUECEIRA, PINHAL MAIOR, RAIA HISTÓRICA, ADIRN, INLOCO, ADELIAÇOR, ARDE, ASDEPR E GRATER* e apresenta 1.892 projectos com um investimento total aprovado de 84.303.906€

O Tema 3 – Valorização dos produtos locais define o PDL dos GAL *DOLMEN, CORANE, TERRAS DE SICÓ, ADRACES, ADRUSE, ADREPES, APRODER, ADER AL, LEADERSOR, MONTE-ACE E TERRAS DENTRO* e totaliza 1.080 projectos e um investimento total aprovado de 46.923.902€

O Tema 4 – Valorização dos recursos naturais e culturais foi seleccionado pelos GAL *ADRIL, ADRIMAG, ATAHCA, PROBASTO, BEIRA DOURO, DOURO SUPERIOR, PRO RAIA, CHARNECA RIBATEJANA, VICENTINA E ADRAMA* e enquadra 842 projectos correspondentes a 41.056.298€ de investimento total aprovado.

Por último, o **Tema 5 – Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências rurais** enquadra a intervenção dos GAL **ADDLAP, ADERES, RUDE, TAGUS, ADL, ALENTEJO XXI, ESDIME, ROTA DO GUADIANA, TERRAS DO BAIXO GUADIANA E ACAPORAMA** e apresenta 1.067 projectos com um investimento total aprovado de 36.038.327€

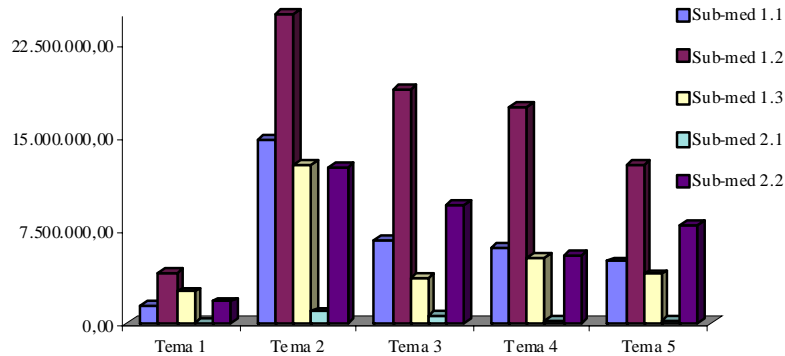


Gráfico 1: Investimento por Tema Federador – Montante por Sub-medida

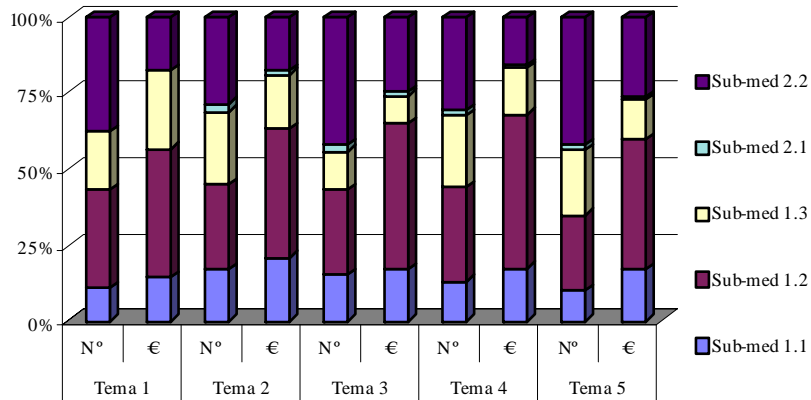


Gráfico 2: N° de projectos e investimento por Tema Federador – Distribuição percentual por Sub Medida

A distribuição percentual, quer do nº de projectos quer do investimento aprovado, é muito idêntica entre temas, sendo a sub-medida 1.2 dominante a nível investimento total e a sub-medida 2.2 a nível do nº de projectos aprovados.



Quanto ao peso relativo atribuído a cada sub-medida verificamos um máximo de 40% de projectos aprovados na sub-medida 2.2 nos temas 4 e 5 e 43% do investimento aprovado na sub-medida 1.2 no tema 4.

É de salientar que relativamente à sub-medida 2.1 observa-se maior relevância no tema 2 com 16% do investimento aprovado.

2.1.2 Realização física

A não utilização por parte de todos os GAL do módulo estatístico disponível no WinLeader+ não permite a obtenção de dados nacionais fiáveis relativos aos indicadores de realização física dos projectos do Vector 1 do PIC LEADER+.

A título informativo segue-se um conjunto de indicadores de realização física obtidos através do inquérito postal a promotores de 628 projectos concluídos realizado pelo avaliador no âmbito da Actualização do estudo de avaliação intercalar do PIC LEADER+:

INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA	UNIDADE (M ²)
Área bruta de construção ou intervencionada (serviços de proximidade)	3.849,8
Área bruta de construção ou intervencionada (serviços de apoio ao desenvolvimento rural)	3.090
Área bruta de construção ou intervencionada (turismo rural e restauração)	3.426
Área bruta de construção ou intervencionada (artesanato e PME)	92.375

2.1.3 De resultado

No Programa Nacional não foi prevista, ao nível do sistema de indicadores, a identificação de metas quantificadas de âmbito nacional. Para além dos indicadores

financeiros que permitem emitir uma avaliação rigorosa sobre a execução financeira (matéria de análise detalhada no capítulo 3.2), efectuou-se o cruzamento da informação relativa à criação de postos de trabalho por domínio de intervenção e tipo de promotor com incidência em 602 projectos e correspondentes 1345 postos de trabalho criados.

No que concerne a tipologia do promotor, os resultados obtidos indicam uma concentração de 22% quer nos empresários em nome individual quer nas empresas numa correspondência média de 2 postos de trabalho criados por projecto.

A Entidade Gestora é responsável por 13% do emprego criado e as Associações e Fundações Privadas concentram 12% com a relação média de 3 e 2 postos de trabalho criados por projecto respectivamente.

Apesar da distribuição dos postos de trabalho criados por domínios de intervenção revelar alguma dispersão, o domínio 161 – Ajudas às PME e artesanato – investimentos corpóreos concentra 25% do emprego criado com uma média de 2 postos de trabalho por projecto. Destaca-se ainda o domínio 171 – Turismo – Investimentos corpóreos com 13% dos postos de trabalho criados e o 1305 – Serviços de base para a economia rural e população com 10% do emprego criado ambos com uma média de 2 postos de trabalho por projecto.

2.1.4 De impacto

Os indicadores de impacto considerados para análise do estado de adiantamento do Vector 1 reportam-se aos postos de trabalho criados e preservados pelos projectos co-financiados pelo PIC LEADER+, caracterizados pela idade e género de acordo com as seguintes classes etárias¹:

¹ Os dados qualitativos inseridos no Winleader para efeito estatístico respeitam as seguintes indicações:

a. Postos de trabalho criados

- i. considera-se posto de trabalho criado quando existe um vínculo contratual com a entidade patronal e cumprimento das suas obrigações sociais e fiscais consequentes.
- ii. Considera-se desemprego de curta duração a situação de desemprego há menos de 12 meses; Considera-se desemprego longa duração a situação dos desempregados há mais de 12 meses; Consideram-se empregados aqueles que fazem parte da população activa; Considera-se empregos preservados aqueles mantidos graças ao projecto e que se teriam perdido com a sua ausência;



- Idade inferior a 25 anos
- Idade entre 25 e 45 anos
- Idade superior a 45 anos

Em relação aos postos de trabalho criados, a sua caracterização incidu ainda sobre situação na profissão, nível de escolaridade e situação face ao emprego de acordo com as seguintes categorias:

- Situação na profissão
 - Criação do próprio emprego
 - Trabalho por conta de outrem
 - Trabalhador familiar não remunerado
 - Outro
- Nível de escolaridade
 - Menos de seis anos de escolaridade
 - Entre seis e nove anos de escolaridade
 - Entre dez e doze anos de escolaridade
 - Ensino médio ou superior
- Situação face ao emprego
 - Desemprego de curta duração
 - Desemprego de longa duração
 - À procura do primeiro emprego
 - Empregados

A aplicação desta tipologia permitiu apurar um total de 1345 postos de trabalho criados e 3373 postos de trabalho preservados pelo PIC LEADER+.

Da análise do Gráfico 3 podemos verificar que a grande maioria dos empregados (4718), em projectos co-financiados pelo LEADER+, pertencem à classe etária com Idade entre 25 e 45 anos e são maioritariamente Mulheres (1694).

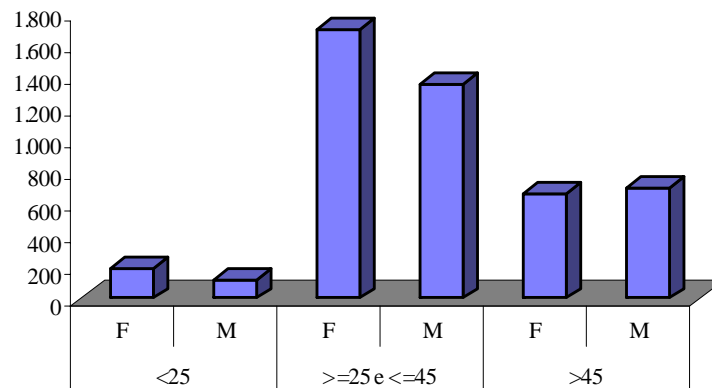


Gráfico 3: Empregos novos e preservados por classe etária e género

Analisando os empregos exclusivamente criados no âmbito da implementação dos projectos, observa-se uma distribuição idêntica à do gráfico anterior, ou seja o emprego jovem (210) e de classe etárias superiores (229) é manifestamente inferior em termos relativos.

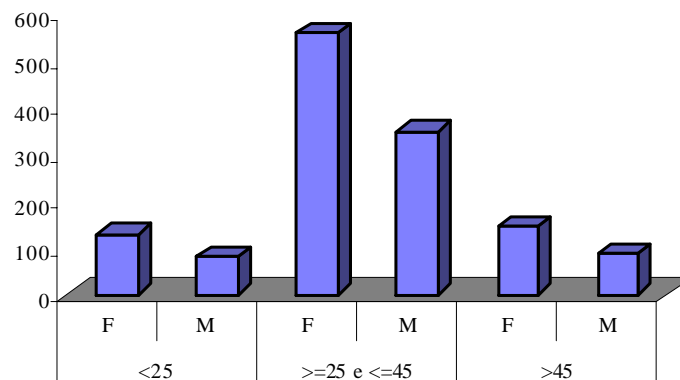


Gráfico 4: Empregos novos por classe etária e género

A análise da distribuição por Sub-medidas (Gráfico 5) revela que 82% do emprego criado resulta dos projectos das Sub-medida 1.2 - Apoio a actividades produtivas - com 939 postos de trabalho criados e da Sub-medida 1.3 cujos projectos criam 161 postos de trabalho. Ainda de acrescentar que é o sector privado que mais contribui para este

impacto positivo do LEADER+ ao nível do emprego criado, uma vez que a estes resultados se pode associar a informação de que mais de um terço dos projectos aprovados nestas sub-medidas são promovidos por empresas e associações.

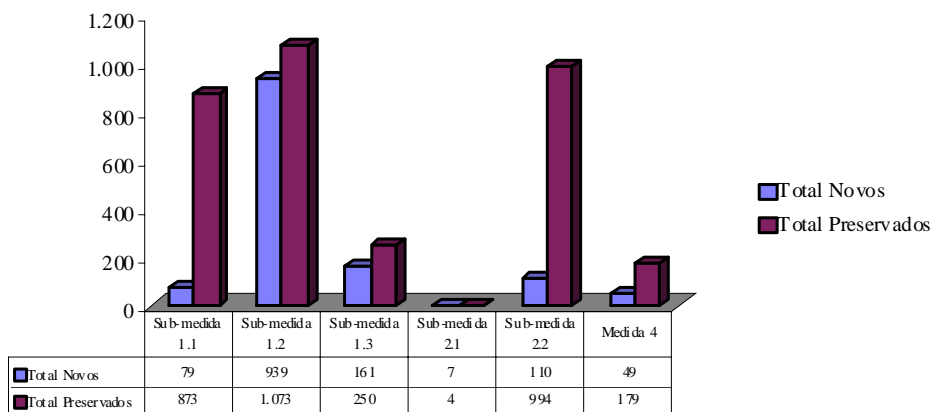


Gráfico 5: Emprego novos e preservados por Sub-medidas

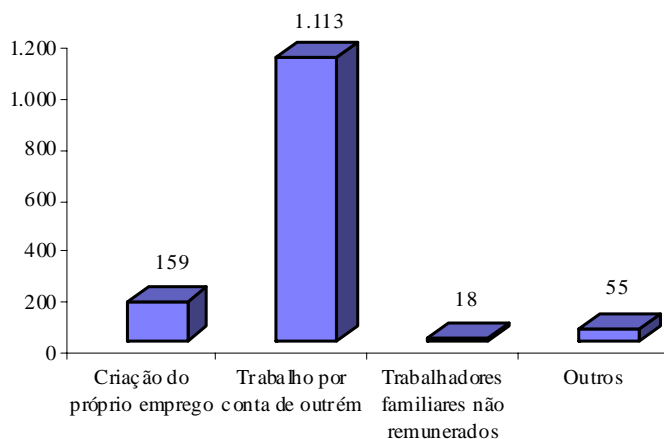


Gráfico 6: Postos de trabalho criados – tipologia

Na situação na profissão, os postos de trabalho criados apresentam uma expressiva concentração na categoria do trabalho por conta de outrem (83%) e as mulheres representam uma maioria de 53%. A criação do próprio emprego representa 12% do total dos postos de trabalho evidenciando um importante incentivo do LEADER+ à realização profissional e fixação de população em meio rural. (Gráfico 6)

Em relação ao nível de escolaridade dos postos de trabalho criados, observa-se uma distribuição equilibrada entre as categorias, sendo todavia de evidenciar que as classes de escolaridade inferior a 9 anos representam cerca de 57% do emprego criado e 25% destes empregados têm idade superior a 45 anos.

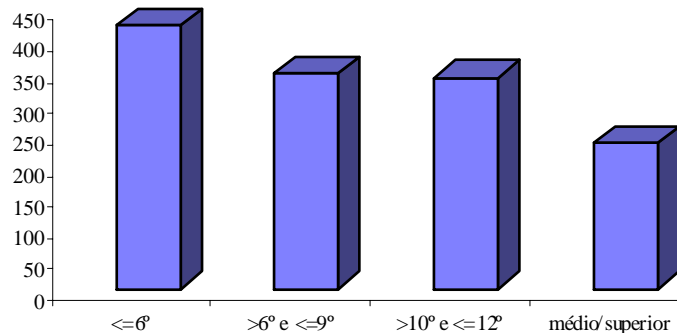


Gráfico 7: Postos de trabalho criados – Nível de escolaridade

Esta situação inverte-se quando se observa a distribuição etária do emprego nas categorias de escolaridade superior a 10 anos uma vez que a os empregados com menos de 25 anos representam 24%.

A análise da distribuição por Medidas mostra que os postos de trabalho criados na Medida 1 se caracterizam por uma escolaridade inferior a nove anos em proporções sempre acima dos 60% ao contrário da Medida 2 caracterizada por uma escolaridade superior a 10 anos e cujo peso relativo ultrapassa os 80% sendo 100% na sub-medida 2.1. A análise destes números remete-nos para uma avaliação positiva do programa no que respeita à integração de mão-de-obra menos qualificada no sector produtivo, e portanto com maior dificuldade de integração através da oferta existente no mercado de trabalho em geral.

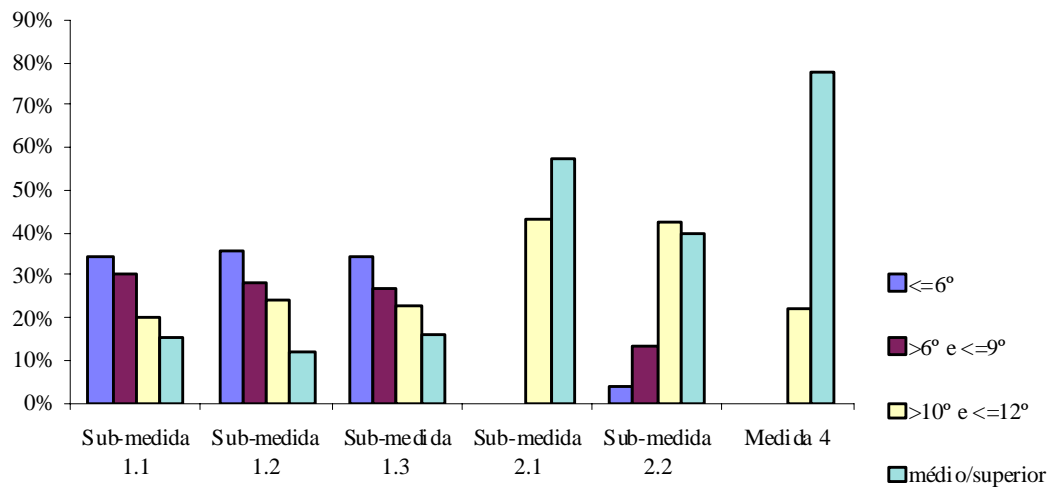


Gráfico 8: Emprego criado-distribuição do nível de escolaridade por sub-medida (%)

Na caracterização dos postos de trabalho criados quanto à situação face ao emprego (Gráfico 9) a distribuição por categorias é equilibrada destacando-se os 28% relativos aos desempregados de curta duração.

A análise por classe etária revela que 62% dos jovens (idade inferior a 25 anos) encontraram o seu primeiro emprego no projecto co-financiado pelo LEADER+ demonstrando a capacidade do Programa em gerar oportunidades de fixação de jovens em meio rural.

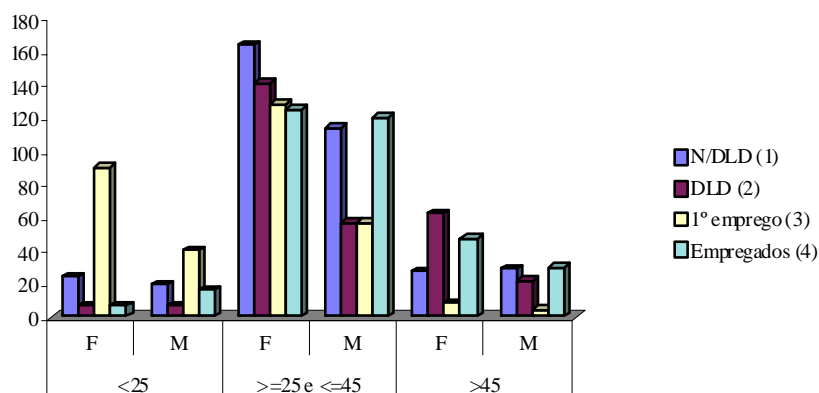


Gráfico 9: Emprego Criado: Situação face ao emprego

Ainda de acrescentar que 25% das mulheres com idade entre 25 e 45 anos se insere na categoria dos desempregados de longa duração cuja representatividade corresponde a 22% no total de postos de trabalho criados pelo LEADER+.

2.1.4.1 Análise Regional – Regiões Agrárias

Analisando, por região agrária, o impacto do PIC LEADER+ em termos de emprego criado, verifica-se que a distribuição por classes etárias e género acompanha a tendência nacional, sendo de acrescentar que as regiões da Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Alentejo contribuem para mais de metade dos postos de trabalho criados pelo PIC LEADER+.

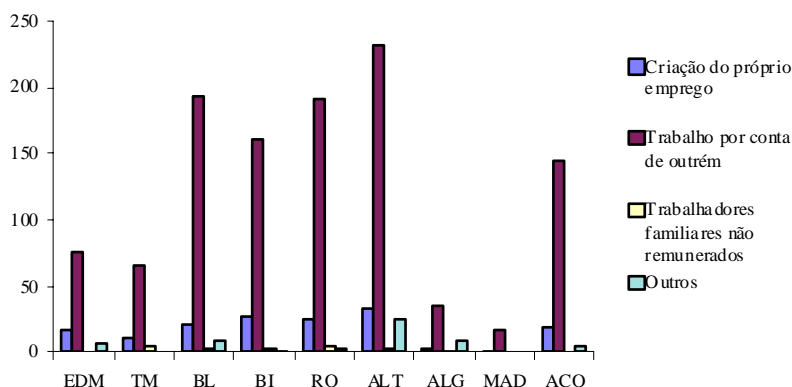


Gráfico 10: Emprego criado por região-Tipologia

A agregação regional dos postos de trabalho criados mostra que relativamente à situação na profissão a categoria dominante é o trabalho por conta de outrem, mais uma vez em concordância com a distribuição nacional. Se olharmos a representatividade destas categorias da situação na profissão numa perspectiva regional, verificamos que o peso relativo da criação do próprio emprego atinge um máximo de 17% no Entre Douro e Minho, o trabalho por conta de outrem tem maior preponderância na Madeira com 94% e os trabalhadores familiares não remunerados não estão representados em Entre-Douro e Minho, Madeira e Açores e têm maior expressão em Trás-os-Montes com 5% do emprego criado.

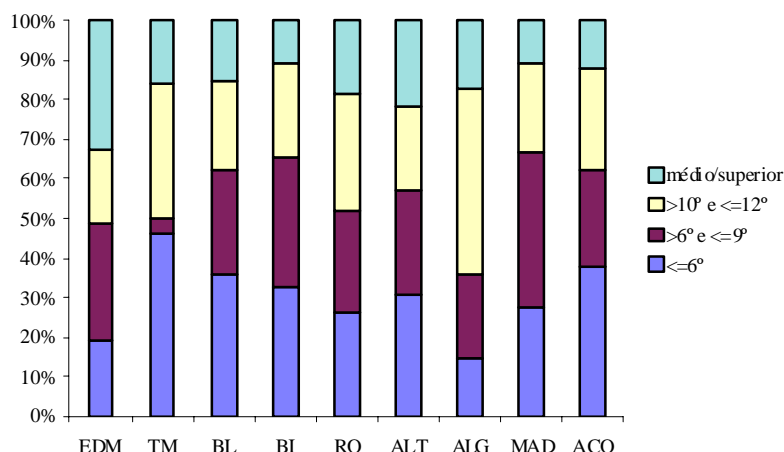


Gráfico 11: Emprego criado por região-Nível de escolaridade (%)

Analisando o emprego criado por nível de escolaridade, verifica-se a existência algumas diferenças regionais, sendo de realçar que mais de metade dos postos de trabalho criados nas regiões de Entre-Douro e Minho e Algarve se caracterizam por terem mais de 10 anos de escolaridade. A abordagem regional do peso relativo das categorias da escolaridade revela que a Madeira apresenta uma maior proporção de emprego com menos de 9 anos de escolaridade(67%) em oposição ao Algarve com 64% do emprego criado com mais de 10 anos de escolaridade.

Em relação à situação face ao emprego, destaca-se que na Beira Interior, Alentejo e Algarve mais de 50% do emprego criado se destinou a desempregados de curta e longa duração.

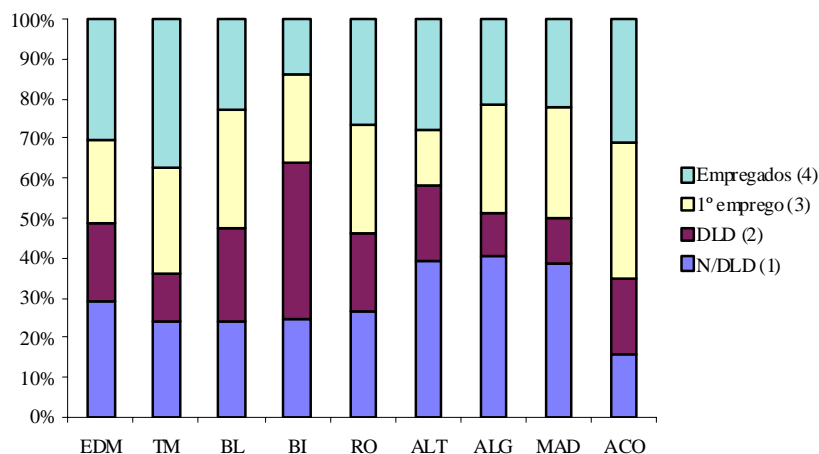


Gráfico 12: Emprego criado por região: situação face ao emprego

A categoria do primeiro emprego tem maior representatividade, acima dos 30%, nas regiões dos Açores e Beira Litoral.

2.2 Condições e dificuldades na execução e medidas de resolução

Conforme aconteceu no ano anterior, 2004, apenas o Vector 1 apresenta uma execução financeira elevada, ou seja, os restantes vectores apresentam taxas de execução abaixo da média do programa. Naturalmente que o vector 1, pelo sua incomparável superior dimensão financeira é responsável pela boa performance do programa Leader+ em Portugal. No entanto as razões da baixa execução financeira dos vectores 2, 3 e 4 são naturalmente diferentes.

Relativamente ao vector 2, verifica-se de facto um comportamento que é normal neste tipo de projectos e que se prende com a maior inércia na execução face à do vector 1. No entanto, foi notória alguma recuperação na implementação dos projectos de cooperação em especial transnacionais. Tendo em conta o facto de se ter detectado que os processos de cooperação estavam com dificuldade em se desenvolverem, e o facto de haver GAL com limitações financeiras ao nível da aprovação na cooperação transnacional ou na interterritorial, foi decidido “abrir” os limites financeiros definidos em sede do plano de cooperação, a fim de livremente os GAL poderem optar pelo tipo de cooperação mais útil para a sua estratégia. Verifica-se que este procedimento não afectou as opções de cooperação em termos nacionais, ainda que de GAL para GAL tenha havido alterações.

Igualmente foram desenvolvidas um conjunto de actividades no âmbito da REDE de apoio técnico à cooperação, nomeadamente, apoio na procura de parceiros, cedência de informação através do sítio, participação em feiras etc. (ver ponto 3.2.3.1), algumas das quais decorrentes das acções desenvolvidas durante 2004, nomeadamente as oficinas de cooperação.

A razão do baixo nível de execução dos Vectores 3 e 4 prende-se com as restrições verificadas na componente nacional devido às dificuldades já mencionadas de natureza orçamental. As dotações PIDDAC (componente da administração central) têm sido insuficientes para fazer face à programação em curso. Em face desta limitação, tem sido opção da Gestão canalizar as verbas nacionais PIDDAC para os Vectores 1 e 2, a fim de não penalizar os promotores externos. Por este facto, não tem sido possível executar os vectores 3 e 4 de acordo com o programado. Esta situação não significa uma ineficiência da Gestão. Como prova deste facto refira-se que a execução do PIDDAC em cada ano tem sido de praticamente 100%, ou seja, têm sido utilizada a totalidade das verbas disponíveis

Acrescido às dificuldades de natureza orçamental refira-se igualmente as de natureza contratual verificadas actualmente na administração central. Durante o ano de 2005 foram desenvolvidos um conjunto de contactos internos no sentido de reforçar a Estrutura Apoio Técnico ao gestor, o que se manifestou inconsequente. Por outro lado não é possível a contratação de recursos humanos no exterior, facto que limita o reforço das equipas. Apesar da dificuldade de reforçar as EAT, importa relevar que são as limitações orçamentais a principal razão para a fraca execução destes dois vectores.

Durante o ano de 2005 foi solicitada uma alteração ao Programa Nacional de natureza orçamental, ou seja, foi solicitada uma reprogramação ao nível do vector 3 e 4, com reforço do vector 1. Com efeito, após uma análise de custos, verificou-se que o montante inscrito até 2004 no Vector 4 é suficiente para assegurar a assistência técnica até ao final do programa. Por este facto foi decidido integrar os montantes de 2005 e de 2006 no ano de 2006 do Vector 1. Igualmente o Vector 3 tem tido dificuldades de execução pelas razões que foram apresentadas. Contudo, neste caso poderá haver uma recuperação na sua execução, razão pela qual se optou apenas por uma transferência do ano de 2005 para o ano de 2006 do Vector 1. Se as dificuldades na sua execução, por via das restrições orçamentais nacionais, continuarem, será em 2006 apresentado à Comissão um novo pedido de reprogramação, a fim de ajustar as verbas inscritas no ano de 2006.

De notar que a execução dos Vectores 3 e 4 não é tão elástica quanto a dos 1 e 2. Ou seja, um atraso na sua execução torna-se mais difícil de corrigir. Este aspecto é particularmente evidente no Vector 4.

A alteração solicitada ao Programa Financeiro Anual, originou um acréscimo do Custo Total em 1.178.945€ que se justifica da seguinte forma: As taxas do FEOGA e do MADRP nos vectores 3 e 4 são de, respectivamente, 75% e 25% em relação ao Custo Total. Por sua vez no Vector 1 estas taxas são diferentes, 59.67% e 12.39%, sendo a relação MADRP/FEOGA Inferior. Mantendo-se a componente FEOGA inalterada no seu montante total, o montante MADRP será menor. Na proposta apresentada o valor da redução foi de 432.912€ As outras entidades públicas sofreram um ligeiro acréscimo, 567.143€ pela razão apontada de se terem mantido as percentagens constantes do quadro de programação. O maior acréscimo registou-se nos privados com um montante de 1.044.714€

Do ponto de vista financeiro as alterações operadas levam a um acréscimo do Custo Total por via essencialmente do acréscimo da comparticipação dos privados. Apesar de ser de pequena expressão verificou-se um ligeiro acréscimo no efeito alavanca do programa.

Igualmente durante o ano de 2005 foi aprovada uma outra alteração ao Programa Nacional cujo o principal objectivo foi o de alterar o texto relativo ao beneficiários do Vector 3, a fim de tornar possível os parceiros do IDRHa apresentarem propostas no âmbito do Vector 3, dando corpo a uma pretensão da gestão de alargar a participação dos vários actores nas tarefas da Rede. Esta alteração foi aprovada pela Comissão, tendo-se em 2006, aberto o concurso de apresentação de proposta, que à dada da elaboração do presente relatório está praticamente finalizado, prevendo-se a respectiva operacionalização das candidaturas no início de Julho.

2.3 Contribuição qualitativa, quantitativa e financeira para as 3 prioridades transversais: desenvolvimento local, igualdade homens-mulheres e emprego na sociedade de informação

Na estudo da contribuição do PIC LEADER+ ao nível das três prioridades transversais, procedeu-se a uma análise direccionada sobre a promoção da igualdade de

oportunidades e luta contra a exclusão social, o combate e prevenção do desemprego de longa duração dos jovens e das mulheres, e o desenvolvimento da formação profissional e aconselhamento técnico, a fim de fomentar uma mão-de-obra mais qualificada. De notar que a informação tratada no presente ponto, está disponível noutros capítulos do relatório pelo que se evitou a repetição de alguns valores e de gráficos.

A contribuição do PIC LEADER+ para a igualdade homens-mulheres é abordada ao nível da promoção dos projectos e dos postos de trabalho criados e preservados.

Quanto à promoção de projectos identificaram-se 228 projectos promovidos por mulheres, que correspondem a cerca de 36% dos projectos de empresários individuais. Em relação à idade destas mulheres verifica-se que cerca de 81% se situa na classe etária superior a 40 anos e no que se refere à sua distribuição por Sub-medidas é de referir que 95% dos projectos se enquadra na Sub-medida 1.2 – Apoio a actividades produtivas.

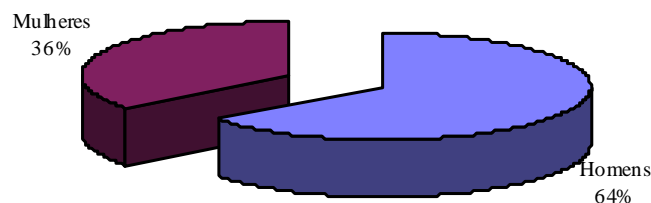


Gráfico 13: Igualdade de oportunidades-Projectos promovidos por homens e mulheres (%)

Da análise da classificação dos projectos por Domínios de Intervenção verifica-se que os domínios mais representativos são o 161 – Ajuda às PME e artesanato/investimentos corpóreos com 66 projectos e o domínio 171 – Turismo – investimentos corpóreos com 37 projectos.

Apesar de não se registarem novos projectos aprovados no Domínio 25 - Acções positivas a favor de mulheres – mantém-se a informação relativa aos quatro projectos classificados naquele domínio de intervenção:

- Sessões de animação e seminário com investimento total de 28.538€
- Criação de um atelier de costura com investimento total de 23.252€
- Pastelaria Sra do Monte com investimento 15.859,55€
- Restaurante típico com investimento total de 50.000€

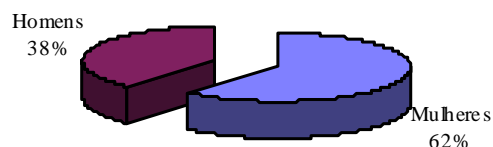


Gráfico 14: Igualdade de oportunidades-postos de trabalho criados por género (%)

Na repartição dos postos de trabalho por género verifica-se que existem 62% (830) de mulheres nos postos de trabalho criados e 51% (1716) de mulheres nos postos de trabalho preservados.

Da análise dos postos de trabalho criados relativamente à situação na profissão verifica-se na categoria do trabalho por conta de outrem as mulheres representam 64%, as classes com menos de 9 anos de escolaridade concentram cerca de 58% de Mulheres, mas na formação médio/superior as mulheres têm um peso de 64%.

Para a situação face ao emprego realce para as categorias do 1º emprego(27%) e desempregadas de longa duração(25%) resultados demonstrativos do contributo muito positivo do LEADER+ para a igualdade de oportunidades e valorização profissional das mulheres em meio rural.

O impacto do PIC LEADER+ no desenvolvimento de uma mão-de-obra qualificada foi verificado através da caracterização dos formandos e das acções de formação co-financiadas pela Sub-medida 2.1 - Formação Profissional.

Os 66 projectos de formação em execução totalizam 25.208 horas e incidem num conjunto de 2.989 formandos.

Em termos de tipologia de projectos destas acções de formação, verifica-se que a grande maioria dos projectos da Sub-medida 2.1 é classificado no domínio 230 - Desenvolvimento da educação e da formação não ligadas a um sector específico totalizando 60%. Realçar ainda os 16% de projectos de formação classificados no domínio 167 – Ajudas às PME e artesanato – formação específica e 9% no domínio 113 – Formação específica da agricultura.

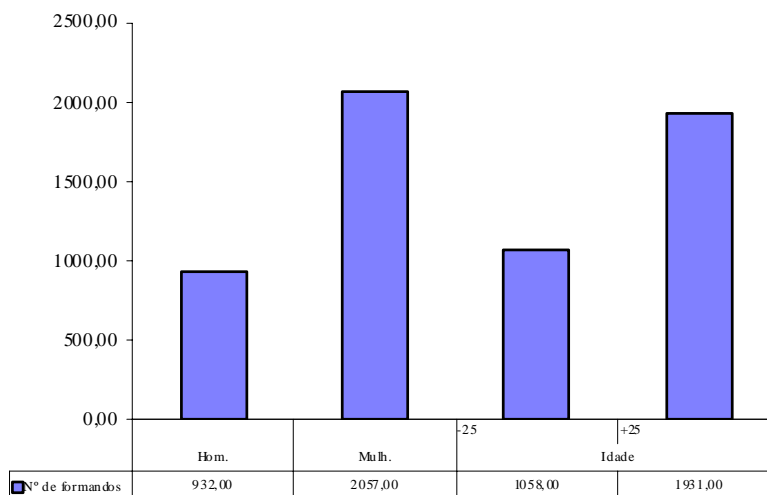


Gráfico 15: Formandos- género e classe etária

A caracterização dos formandos revelou que 8% estavam desempregados designadamente, 4%(106) eram desempregados de longa duração, 2% (73) desempregados de curta duração e 2%(45) estavam à procura do primeiro emprego. Quanto ao género 69% (2.057) dos formandos eram mulheres. Relativamente à distribuição etária verifica-se que 65% (3.573) dos formandos tinham mais de 25 anos.

Para completar a abordagem em termos de exclusão social acrescentamos ainda que os formandos portadores de deficiências frequentaram duas acções, a saber, 8 formandos na Formação em rendas e bordados (192 horas) e 7 formandos na Formação em vimes, trabalhos em casca de milho e em madeira (102 horas).

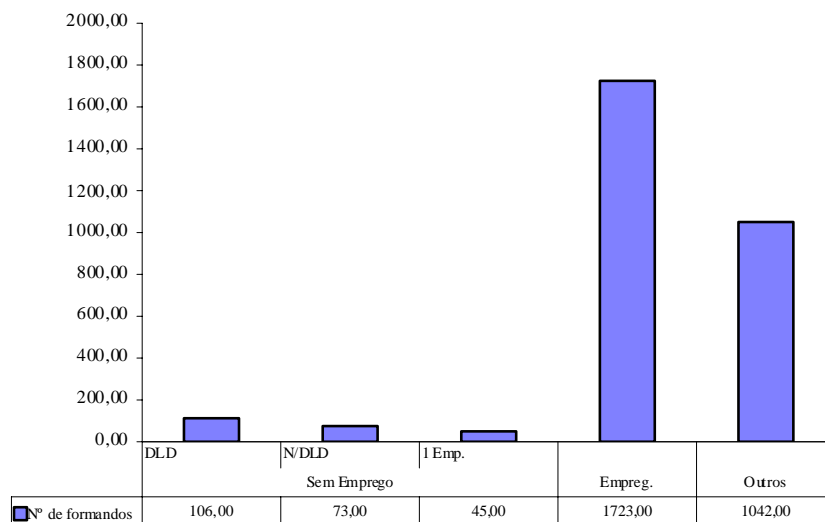


Gráfico 16: Formandos-situação face ao emprego

Para avaliar o contributo do PIC LEADER+ para o desenvolvimento da sociedade de informação recorreu-se à quantificação do número de projectos e investimento total aprovado nos domínios 32 relativos a Telecomunicações e sociedade de informação:

322 – Tecnologias de informação e comunicação

- 53 projectos aprovados que perfazem um investimento total de 607.981€
- Quanto ao tipo de promotor: 5 Privados Individuais (3H>25 anos e 2M>25 anos), 34 Privados colectivos e 13 GAL e 1 Sector Público.

323 – Serviços e aplicações para o cidadão

- 4 projectos aprovados que perfazem um investimento total de 289.395€
- Quanto ao tipo de promotor: 2 Privados colectivos e 2 GAL.

324 – Serviços e aplicações para as PME

- 2 projectos aprovados que perfazem um investimento total de 11.383€
- Quanto ao tipo de promotor: 2 do GAL.

2.4 Projectos de natureza ambiental e projectos em zona de Rede Natura

Com vista a analisar os projectos de investimento com impacte ao nível do ambiente, procedeu-se ao cruzamento dos projectos levados a efeito nas zonas classificadas como Rede Natura. Este cruzamento foi efectuado ao nível da freguesia.

Procedeu-se à identificação dos projectos aprovados cuja sede de realização física se localiza dentro das freguesias abrangidas pela Rede Natura. Verifica-se, assim a existência de 904 projectos aprovados que correspondem a 33.057.105,98€ de investimento total e 16.110.716,23€ de FEOGA e 2.695.663,57€ de MADRP.

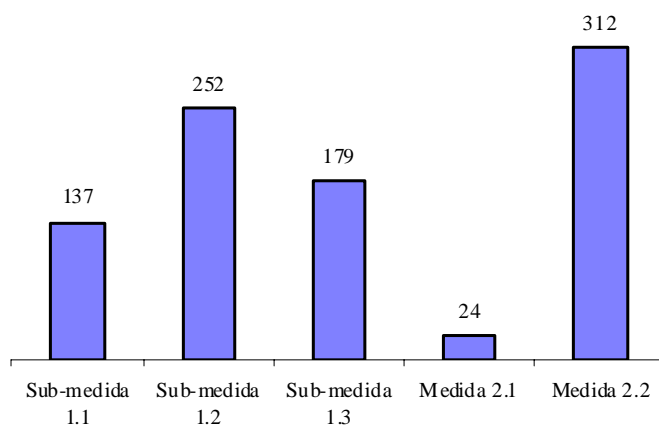


Gráfico 17: Rede Natura - Número de projectos aprovados por sub-medida

Em relação ao enquadramento por sub-medidas, verifica-se que os projectos da sub-medida 2.2 representam em número 35% dos projectos localizados em sítios de Rede Natura mas em investimento total aprovado representam apenas 21%.

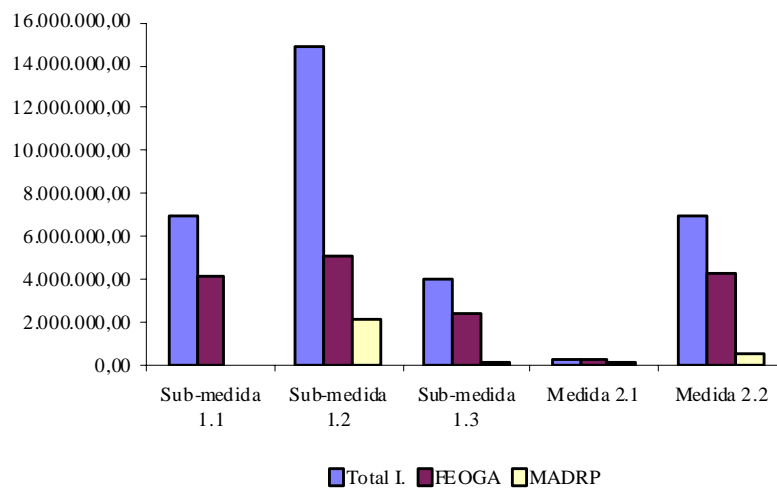


Gráfico 18: Rede Natura - Investimento aprovado por Sub-medida

Os projectos da sub-medida 1.2 perfazem em número 28% do total de projectos aprovados mas em investimento totalizam 45% do investimento aprovado em sítios de Rede Natura.

Da classificação dos domínios de intervenção verifica-se alguma dispersão, sendo no entanto possível evidenciar-se quer em número quer em investimento total os domínios 171 – Turismo – investimentos corpóreos (17% e 14%), o 1310 – Fomento das actividades de turismo (12% e 9%) e o 1305 – Serviços de base para a economia rural e população. (9% e 13%).

Referência ainda para os domínios 1312 - Preservação do ambiente, 332 – Infra estruturas – Energias renováveis e 353 – Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural cuja fraca representatividade totaliza 7% dos projectos aprovados e 9 % do investimento aprovado.

Numa abordagem regional observou-se que as regiões do Alentejo, Entre Douro e Minho e Açores abrangem mais de metade dos projectos aprovados em sítios de rede natura. No entanto, o maior investimento aprovado está concentrado no Alentejo, Beira Interior e Entre Douro e Minho.

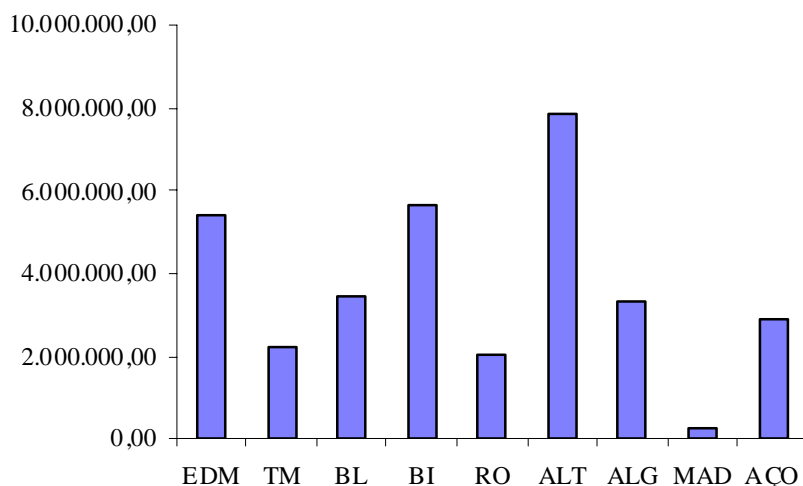


Gráfico 19: Rede Natura - Investimento aprovado por Regiões Agrárias

Quanto à distribuição do investimento aprovado na Medida 1 observa-se um maior peso relativo da sub-medida 1.1 nas regiões de Trás-os-Montes(31%) e Beira Litoral (30%), da sub-medida 1.2 no Alentejo(53%) e Açores(51%) e na sub-medida 1.3 Trás-os-Montes(30%) e Beira Interior(15%). Na Medida 2 é de salientar a reduzida existência de projectos e investimento na sub-medida 2.1 e a maior preponderância da sub-medida 2.2 nas regiões do Algarve(36%) e Alentejo(25%).

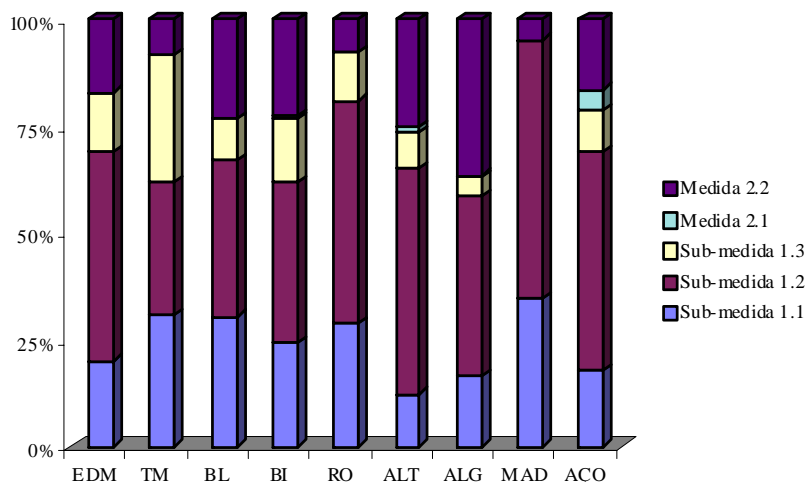


Gráfico 20: Rede Natura - Investimento aprovado por sub-medida e por Regiões Agrárias



Para abordar a temática ambiental recorreu-se ainda à quantificação do número de projectos a nível nacional aprovados nos domínios de intervenção 1312, 332 e 353 e caracterização quanto ao investimento total aprovado e tipo de promotor:

1312 Preservação do ambiente

- 74 projectos - investimento total de 2.291.751€ - 19 privados colectivos, 18 públicos e 37 GAL – dos quais 13 projectos em Rede Natura
- Regiões Agrárias – destacam-se as regiões de Trás-os-Montes com 16 projectos aprovados e Beira Litoral e Alentejo ambos com 12 projectos aprovados
- 6 projectos criam 31 postos de trabalho

332 Infra-estruturas – energias renováveis

- 3 projectos - investimento total 72.776€ - 2 privado individual, 1 privado colectivo – dos quais 1 projecto em Rede Natura
- Regiões Agrárias – um projecto em Trás-os-Montes e dois projectos no Alentejo

353 Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural

- 199 projectos - investimento total 8.136.335€ - 9 privados individuais, 23 privados colectivos, 109 Públicos e 58 GAL – dos quais 63 projectos em Rede Natura
- Regiões Agrárias - destacam-se as regiões da Beira Litoral com 75 projectos e Entre Douro e Minho com 53 projectos aprovados.
- 13 projectos criam 25 postos de trabalho

A respeito da concretização dos objectivos do PIC LEADER+ designadamente a “Salvaguarda do ambiente e da paisagem”, o Avaliador responsável pela actualização da avaliação intercalar afirma que é um dos menos conseguidos. Apesar de se registar “uma percentagem não menosprezável (20%) de entidades apoiadas que introduziram tecnologias amigas do ambiente ou de poupança de energia, apenas 9% dos projectos de Património Natural e Ambiente envolveram a requalificação de áreas pertencentes à Rede Natura 2000. Paralelamente, a incidência de efeitos multiplicadores e de

diversificação nesse tipo de projectos foi muito baixa (22% e 4%, respectivamente), numa área inovadora e que, em geral, possibilita a observação desse tipo de efeitos.

Estes resultados parecem decorrer de uma política pouco pró-activa dos GAL no sentido de serem apoiados mais projectos com valia ambiental. De facto, se é verdade que 15 dos 26 GAL estudados em profundidade (58%) integraram a questão da protecção do ambiente nos respectivos PDL, também é verdade que apenas 10 (39%) aplicam critérios de acesso ou majorações que diferenciem projectos geradores de efeitos ambientais positivos.”

Ainda que se tenha verificado um número significativo de projectos na área do ambiente, é notório que os objectivos alcançados deverão ser reforçados. Neste sentido, no âmbito da Rede durante o ano de 2005 e principalmente no ano de 2006, estão a ser desenvolvidas um conjunto de acções no sentido de sensibilizar os GAL para esta problemática, o que associado ao novo regulamento FEADER, reforça a pertinência da abordagem.

3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1 Recapitulativo das despesas e pagamento

3.1.1 Acumulado

A despesa certificada até 31.12.2005 totalizou 127.632.154€, a que corresponde a Comparticipação FEOGA de 65.019.964€. O montante total de transferências efectuadas pela Comissão relativas a pedidos de pagamento ascendeu a 89.159.597€

3.1.2 Ano de 2005

Durante o ano de 2005 foram efectuados três pedidos de pagamento, de acordo com o estipulado no Programa Nacional, sendo a despesa total certificada de 47.236.949€ a que corresponde uma Comparticipação do FEOGA de 24.976.355€

No ano em causa a Comissão transferiu 22.233.666€ relativos à totalidade dos dois primeiros pedidos de pagamento e a parte do 3º Pedido de Pagamento de 2005 que não foi satisfeito na integra por indisponibilidade de orçamento da Comissão..

Nas transferências do OI para os GAL tem sido adoptado procedimento análogo, no que respeita á comparticipação comunitária pelo que durante o ano de 2005 os GAL foram reembolsados do 1º e 2º PP. No entanto, em virtude do 3º PP só ter ficado disponível em 2006, uma parte em Janeiro e a restante em Fevereiro, os GAL só receberam o reembolso do 3ºPP de 2005 no início do ano seguinte.

Relativamente às verbas da administração central, proveniente do Orçamento Geral do Estado, através do PIDDAC, foram efectuados os pagamentos integrais de dois dos pedidos apresentados em 2005 e 65% do 3ºPP 2005 relativo ao Vector 1.

3.2 Execução financeira prevista e real

3.2.1 Vector 1

A informação relativa à execução financeira prevista e real está contida nos quadros do Anexo 2. Nas colunas do Programado no PDL estão inscritos os valores globais programados pelos 52 GAL para a totalidade dos anos de execução do PIC LEADER+ a saber de 2001 a 2006. Os valores contidos nas colunas do Aprovado e Aplicado no PDL referem-se aos projectos aprovados e em execução até 31.12.2005.

Para avaliar os progressos na execução financeira recorreu-se inicialmente à comparação dos montantes aprovados e aplicados em 2002, 2003, 2004 e 2005 segundo fontes de financiamento e, posteriormente quantificou-se a relação dos respectivos montantes acumulados até 31 de Dezembro de 2004 e durante o ano de 2005, através de uma taxa de crescimento.

O ano de 2002 caracterizou-se pela dinamização do Programa e ficou marcado pela aprovação da Medida 3 e Medida 4 que fez elevar de sobre maneira o investimento aprovado e a comparticipação pública uma vez que a ajuda pública é constituída por 75% de FEOGA e 25% MADRP e ficou comprometido o orçamento global destas medidas para o período de 2001-2006.

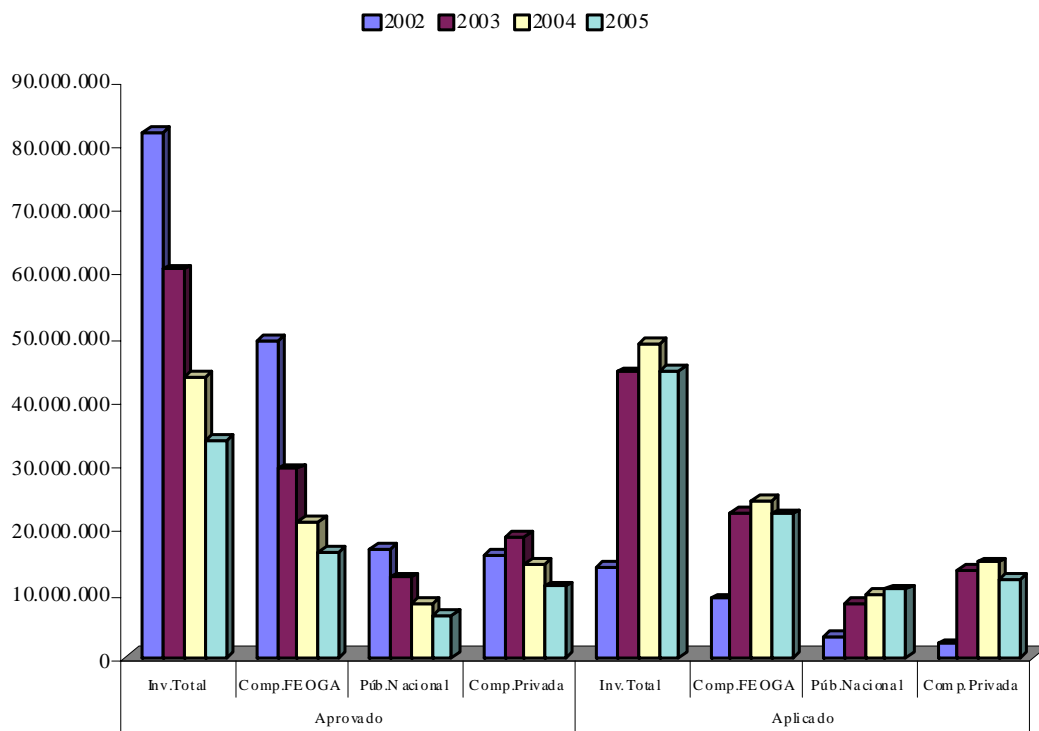


Gráfico 21 : Investimento aprovado e aplicado por fontes de financiamento em 2002, 2003,2004 e 2005(€)

O ano de 2003 constituiu o arranque da execução material e financeira dos projectos co-financiados pelo PIC LEADER+. O crescimento mais consistente verificou-se no investimento privado quer em termos de aprovação, quer em termos de execução.

Os resultados financeiros de 2004 traduzem a plena implementação no terreno tendo-se não só verificado um crescimento no número de projectos aprovados mas sobretudo um crescimento muito acentuado na realização financeira.

Em 2005 verificou-se um abrandamento no ritmo quer da aprovação quer da execução indicador de que os GAL estarão a gerir criteriosamente as verbas disponíveis no PDL de forma a apoiarem alguns projectos inovadores no ano de 2006. O investimento público constitui-se como o maior contributo para o crescimento da execução financeira.

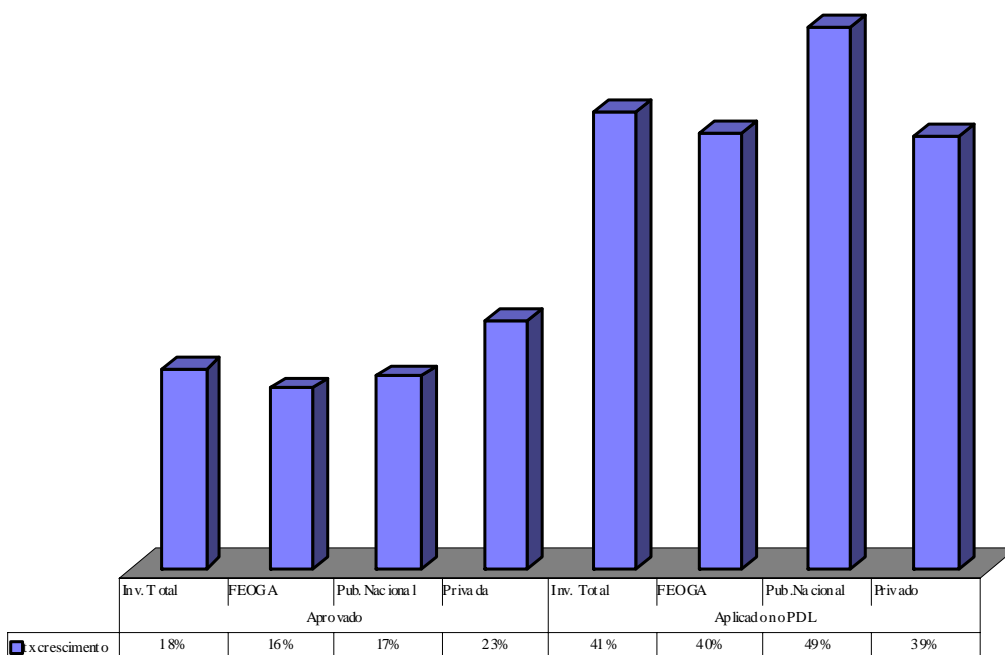


Gráfico 22: Taxa de crescimento da aprovação e execução financeira por fontes de financiamento

No âmbito do Vector 1, até 31 de Dezembro de 2005, foram aprovados 5121 projectos totalizando um investimento de 219.428.647€ o que corresponde a uma taxa de aprovação de 81%. Os 4164 projectos que se encontram-se em execução ou já concluídos perfazem um investimento total de 151.661.575€ e uma taxa de execução de 69%.

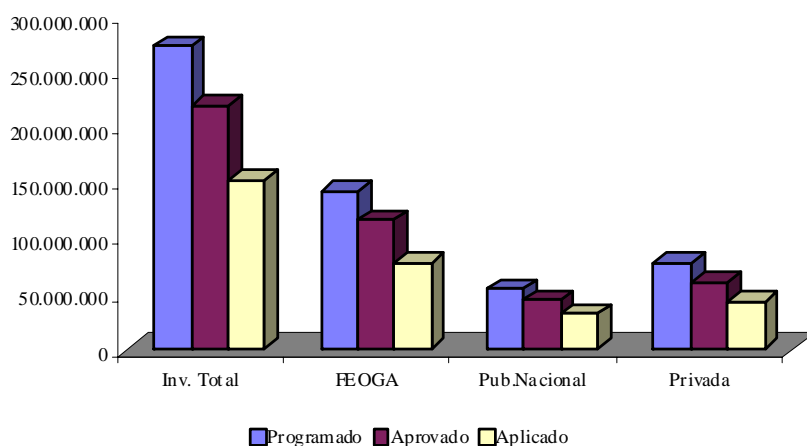


Gráfico 23: Vector 1 - Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento

Da repartição por fontes de financiamento observa-se que as participações FEOGA e MADRP representam 63% do investimento aprovado. Em relação ao investimento privado, verifica-se que atinge os 27%. A configuração financeira realizada apresenta a uma repartição por fontes de financiamento semelhante à aprovação.

A abordagem regional mostra que mais de metade dos projectos aprovados está concentrado nas regiões do Alentejo(18%), Beira Litoral(14%) e Entre Douro e Minho(12%).

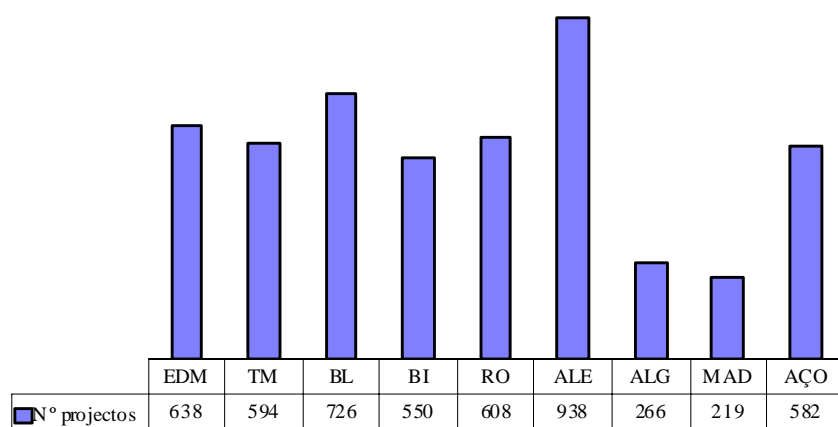


Gráfico 24: Vector 1 - Projectos aprovados –Nº por região

Quanto ao tipo de promotor a análise da distribuição percentual do nº de projectos e investimento aprovado revelou o impacto do Programa no interior da parceria é mais significativo nas regiões de Trás-os-Montes, Beira Interior e Madeira. Em relação ao nº de projectos aprovados é na Beira Interior e na Madeira que a parceria concentra mais de 50% dos projectos aprovados. O somatório do investimento aprovado pelo GAL e Entidade Gestora ultrapassa a linha dos 50% em Trás-os-Montes e Beira Interior, evidenciando a forte representatividade das autarquias no GAL, e no Algarve indicando o desenvolvimento de projectos internos.

Nos Açores, os privados, individuais e colectivos, absorvem mais de metade dos projectos quer em número quer em investimento. No entanto a iniciativa privada aparece ainda destacada no Ribatejo e Alentejo com o investimento a ultrapassar os 50%.

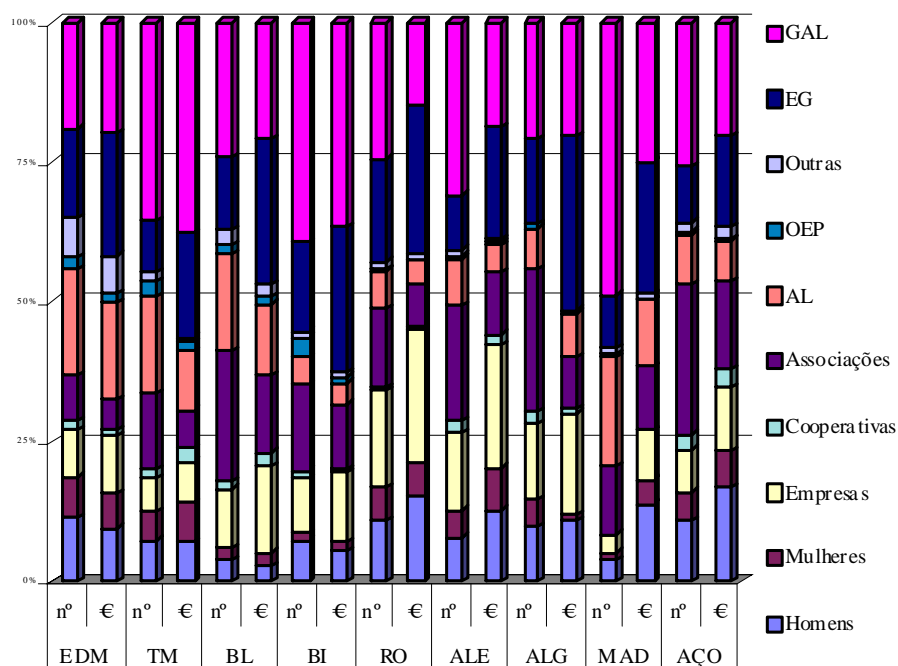


Gráfico 25: Vector 1 - Projectos aprovados por tipo de promotor-Nº e Investimento Total por região

Um olhar em particular para o sector empresarial mostra maior evidência de dinamismo nas Regiões do Ribatejo, Alentejo e Algarve onde quer o investimento aprovado quer o nº de projectos aprovados ultrapassa os 25%.

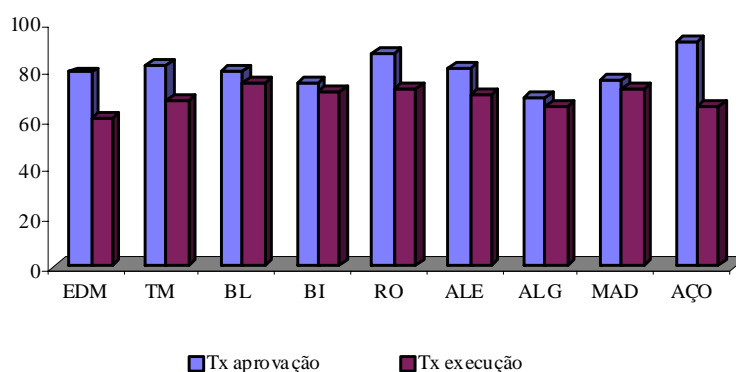


Gráfico 26: Vector 1 -Taxa de aprovação e taxa de execução por região

Para avaliar a execução financeira recorreu-se ainda à análise das Taxa de Aprovação, Taxa de Execução e Taxa de Realização, indicadores financeiros que relacionam a Programação com a Aprovação e a Execução. A este respeito clarifica-se que a Taxa de Aprovação relaciona o investimento total aprovado com o investimento total programado em PDL, a Taxa de Execução o investimento total aplicado com o investimento total aprovado e a Taxa de Realização o investimento total aplicado com o investimento total programado em PDL.

Numa abordagem regional da execução financeira, verifica-se que acima da taxa de aprovação nacional (80%) encontramos Trás-os-Montes (83%), Ribatejo(87%), Alentejo (81%) e Açores (92%). As regiões de Entre Douro e Minho (61%), Trás-os-Montes (68%), Algarve (66%) e Açores (60%)apresentam taxas de execução abaixo da taxa de execução nacional (69%).

A região da Beira Litoral denota uma execução equilibrada, uma vez que alia à elevada taxa de aprovação de 80% a taxa de execução de 75% e correspondente taxa de realização de 60%.

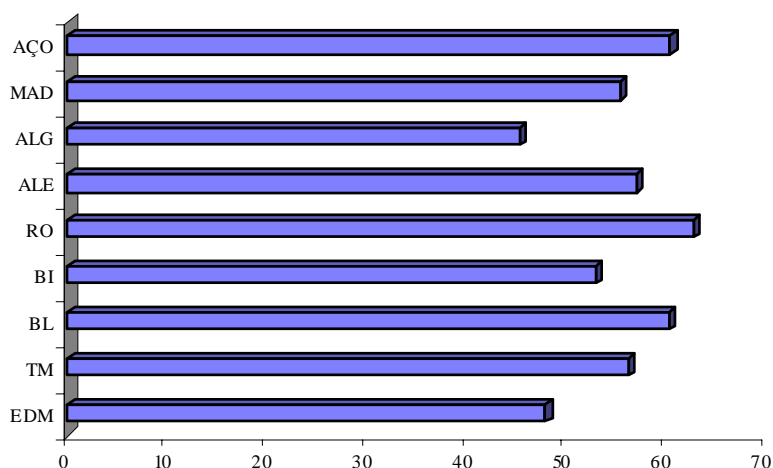


Gráfico 27: Vector 1-Taxa de realização por regiões

Abaixo da taxa de realização nacional (55%) encontramos as regiões de Entre Douro e Minho(48%), Beira Interior(53%) e Algarve(45%). É também nestas regiões que encontramos o maior peso relativo da Medida 4 no investimento total aplicado tornando esta baixa realização ainda mais preocupante.

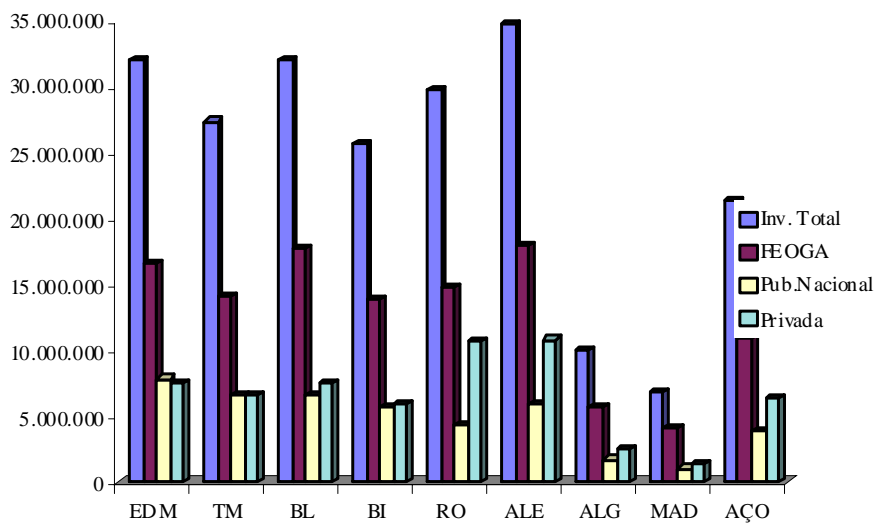


Gráfico 28: Vector 1 - Investimento Aprovado – montante por regiões

Da observação do gráfico relativo ao investimento aprovado por fontes de financiamento pode verificar-se que para as Regiões com maior investimento aprovado – Alentejo, Beira Litoral e Entre-Douro e Minho - a comparticipação privada assume maior percentagem no Alentejo (31%) enquanto que no Entre Douro e Minho encontramos a maior percentagem da Comparticipação Publica Nacional (25%).

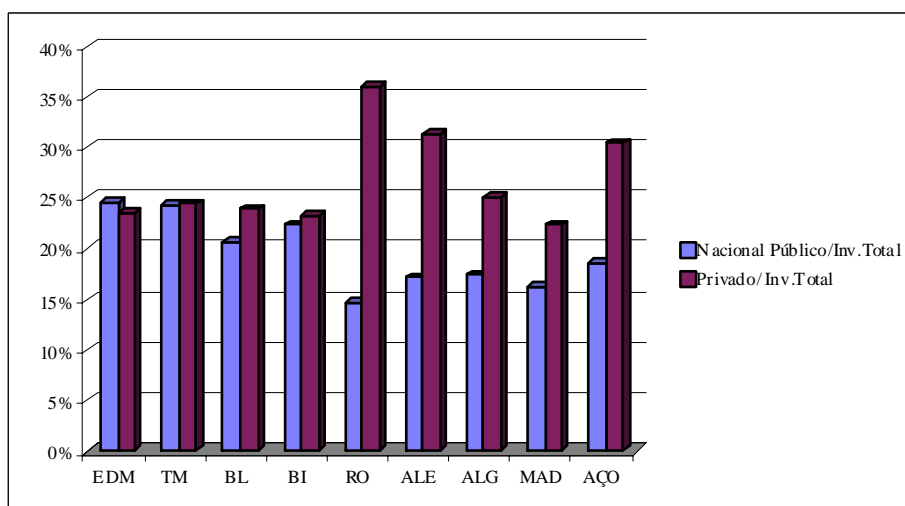


Gráfico 29: Vector 1 - Investimento não comunitário aprovado/Investimento total aprovado em % por regiões

Concentrado a análise sobre tipologia de investimento não comunitário aprovado face ao investimento total aprovado verifica-se que o RO e o Alentejo são as regiões que apresentam maior dinâmica do sector privado que se traduz numa maior proporção do investimento privado de 36 e 31%. Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes são as regiões cuja componente publica nacional tem um maior peso no financiamento do investimento respectivamente 25 e 24% indicando mais fraca capacidade de investimento privado.

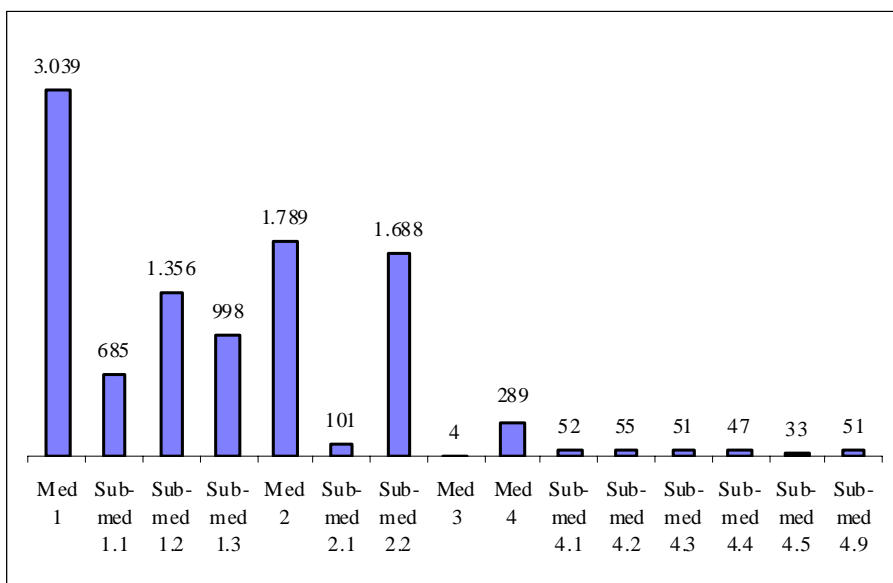


Gráfico 30: Vector 1 Projectos aprovados por sub-medida

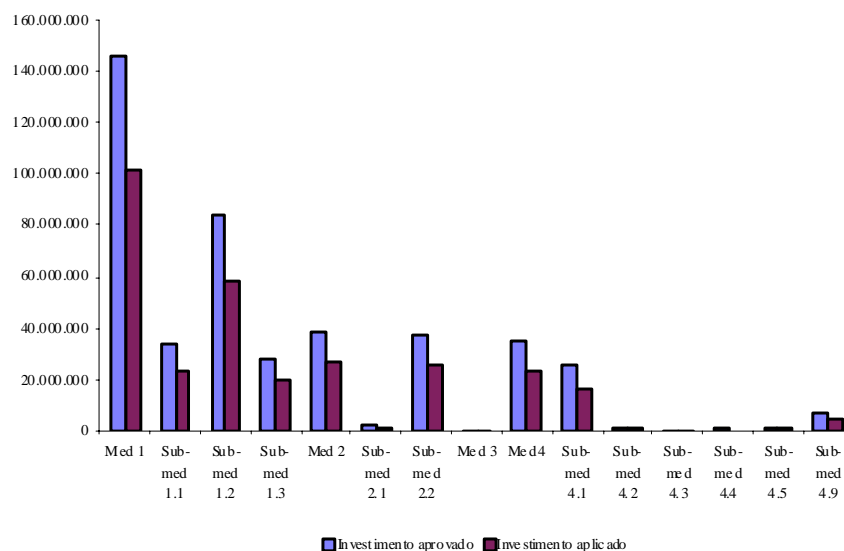


Gráfico 31: Vector 1 – Investimento aprovado e aplicado por medida e sub-medida

A análise da execução financeira por Sub-medidas revela que as Sub-medida 2.2 e Sub-medida 1.2 concentram cerca de 59% dos projectos aprovados.

O investimento aprovado e aplicado por Medidas e Sub-medidas acompanha a distribuição do nº de projectos aprovados, ou seja, são as Sub-medidas 1.2 e 2.2 que contribuem para 55% da execução global dos PDL. Apesar da sub-medida 2.2 apresentar maior nº de projectos aprovados, realça-se que, a dimensão média dos projectos assume maior relevância na Medida 1 designadamente na sub-medida 1.2 (61.732€) e sub-medida 1.1 (49.300€).

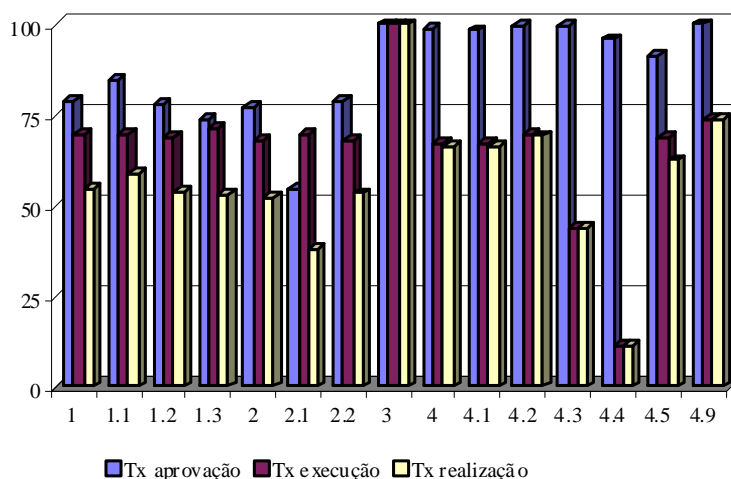


Gráfico 32: Vector 1 – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por Medida e Sub-medida

Da análise das taxas de aprovação, execução e realização observa-se uma melhor performance na sub-medida 1.1 com taxas respectivamente de 84, 70 e 59%. Quanto à taxa de execução regista-se um valor máximo de 72% na sub-medida 1.3. A sub-medida 2.1 apresenta-se mais atrasada com 38% de realização. A Medida 4 apresenta uma taxa de realização de 67%.

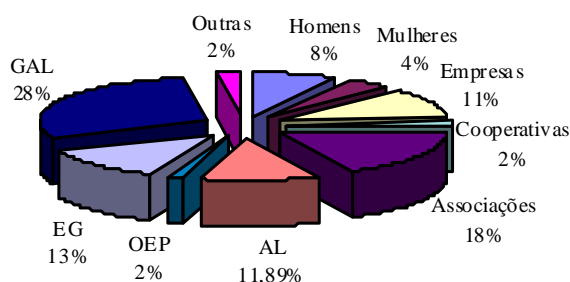


Gráfico 33: Vector 1 – Projectos aprovados por tipo de promotor (%)

A distribuição dos projectos aprovados por tipologia de promotor mostra que os Privados Colectivos assumem 20% dos projectos no Vector 1, os GAL 28% e a Entidade Gestora 13%. O gráfico revela ainda que, os Privados Individuais assumem 12% dos projectos aprovados, e a Administração Local não integrada na parceria do GAL e constituída sobretudo por Juntas de freguesia, assume 12% dos projectos aprovados.

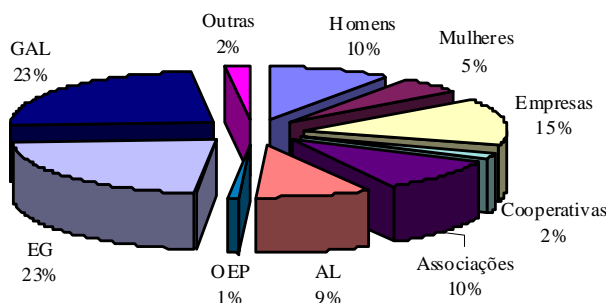


Gráfico 34: Vector 1 Investimento aprovado por tipo de promotor

Quanto ao investimento aprovado o gráfico revela ainda uma forte representatividade da Parceria LEADER+ com 46%, e do sector empresarial com 30% logo seguida pelo sector associativo com 12%. No sector empresarial destacam-se os 15% de investimento assumidos pelas Empresas e no que diz respeito ao sector associativo 10% de investimento das associações. As Mulheres promovem 5% do total do investimento aprovado no Vector 1.

A distribuição por sub-medida revela que os privados individuais e as empresas promovem cerca de três quartos dos projectos da sub-medida 1.2 quer em numero quer em investimento aprovado. Cerca de 66% do investimento aprovado nos projectos das Cooperativas está igualmente concentrado na sub-medida 1.2.

Os projectos de infra-estruturas da sub-medida 1.1 são maioritariamente (80%) promovidos pela Administração Local e pelos GAL Outros representando 60% e 30% respectivamente do investimento aprovado àqueles beneficiários.

No que diz respeito à EG os projectos da sub-medida 2.2 representam 21% do investimento e 43% do nº de projectos promovidos internamente. No global da sub-medida 2.2 a representatividade da EG assume 29% em investimento e 17% em número de projectos aprovados. De referir ainda que estes projectos imateriais são promovidos na sua grande maioria pelos GAL Outros que assumem 38% do investimento e 41% do nº de projectos aprovados nesta sub-medida.

Centrando a análise ao nível da conclusão das candidaturas, verifica-se que até ao final do ano de 2005 foram encerrados 1896 projectos abrangendo um investimento de 59.329.165€ Os projectos concluídos representam 26% do FEOGA aprovado e 21% do FEOGA programado nos PDL indicadores que podem indiciar uma execução dos projectos prolongada no tempo por diversos motivos desde os constrangimentos financeiros, às burocracias documentais ou aos atrasos na realização física de obras de construção.

A distribuição do investimento aplicado por Medidas apresenta-se de acordo com o Gráfico 35 e denota igualmente um maior volume de investimento nos projectos encerrados na Medida 1.

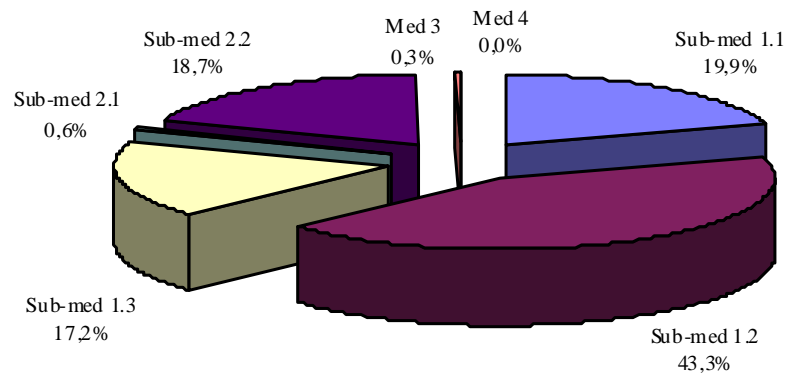


Gráfico 35: Vector 1 – Candidaturas encerradas - Investimento por medida e sub-medida (%)

A distribuição por sub-medida revela que as sub-medidas 1.1 e 1.2 concentram cerca de metade dos projectos aprovados e 60% do investimento dos projectos encerrados. É de realçar que em n.º de projectos encerrados a Sub-medida 2.2 isoladamente representa 33% do universo dos projectos encerrados facto resultante do seu carácter imaterial e rápida execução .

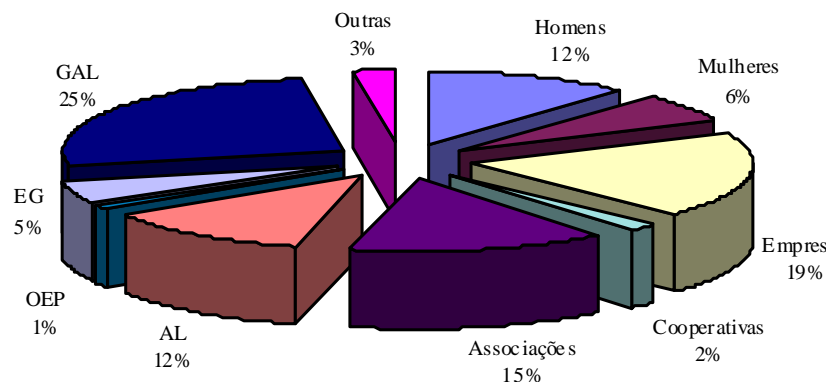


Gráfico 36: Vector 1 – Candidaturas encerradas por tipo de promotor – Investimento Aplicado (%)

Da análise aprofundada dos projectos encerrados acrescenta-se que relativamente ao tipo de promotor são os empresários individuais e as empresas que assumem maior representatividade no investimento. Quanto ao n.º de projectos encerrados destacam-se as Associações que assumem 434 projectos encerrados.

Os projectos do GAL representam 28% em número e 26% em investimento e quanto ao enquadramento observa-se que cerca de metade dos projectos são imateriais mas o investimento é maioritariamente proveniente das sub-medidas 1.1 e 1.2.

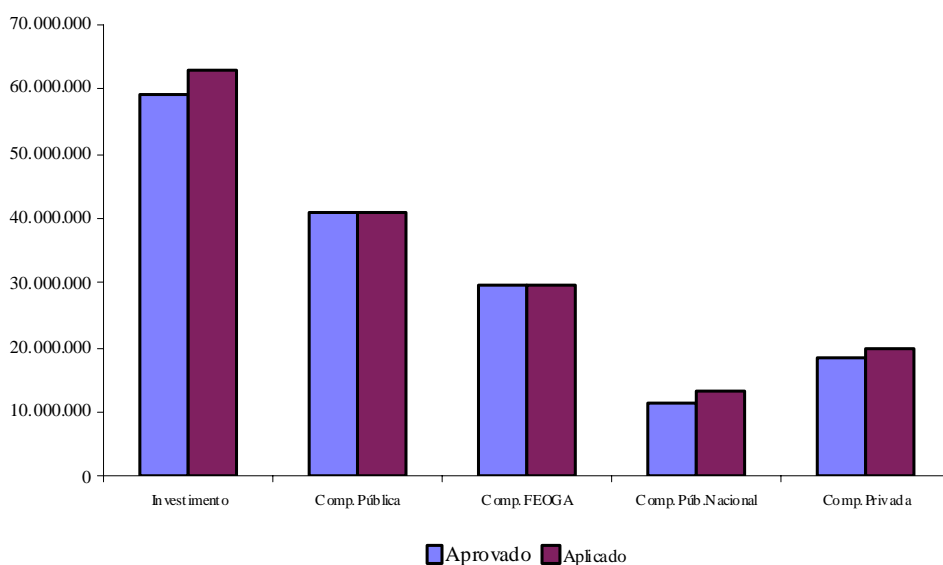


Gráfico 37: Vector 1 Projectos encerrados

Para reforçar estas conclusões, a informação extraída da caracterização dos projectos encerrados quanto às fontes de financiamento, verificamos que o investimento realizado ficou 6% acima do aprovado o que traduz o efeito multiplicador do co-financiamento do PIC LEADER+. Esta diferença é mais significativa na Comparticipação Pública Nacional utilizada pois apresenta um acréscimo de 17% em relação à comparticipação aprovada, resultado do sobre-investimento nos projectos da Administração Local e Regional. A comparticipação privada dos projectos encerrados também ficou além do aprovado em cerca de 8%, evidenciando o impacto do Programa na dinamização do investimento privado em meio rural.

3.2.2 Vector 2

No ano de 2005 a aprovação no Vector 2 registou um crescimento de 30% todavia a taxa de realização não vai além dos 27% o que significa que a execução financeira ainda se encontra muito desfasada da programação dos Planos de Cooperação.

No vector 2 os 516 projectos aprovados correspondem a um investimento total aprovado de 11.454.166€ e a uma despesa executada de 4.867.375 €, o que corresponde a taxas de aprovação e de execução de 62% e 42%, respectivamente.

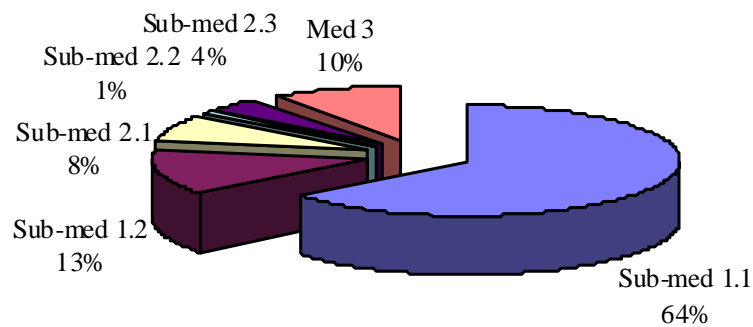


Gráfico 38: LVT – Projectos aprovados por medida e sub-medida - nºprojecto(%)

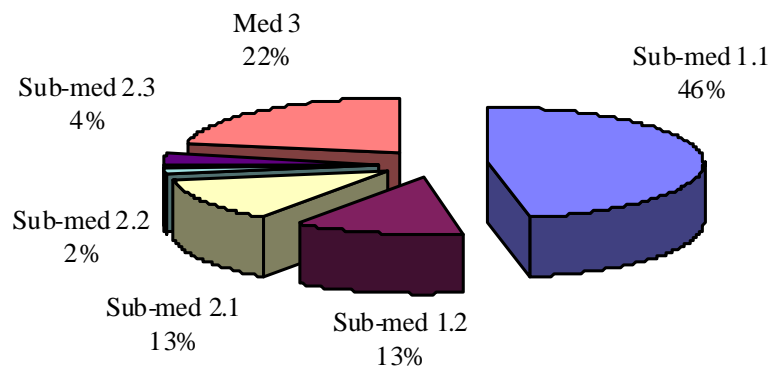


Gráfico 39: Investimento aprovado por medida e sub-medida – (%)

A distribuição percentual do nº de projectos aprovados e do correspondente investimento aprovado evidencia a dinâmica da cooperação interterritorial sendo que a Medida 1 concentra 77% dos projectos e 59% do investimento aprovado.

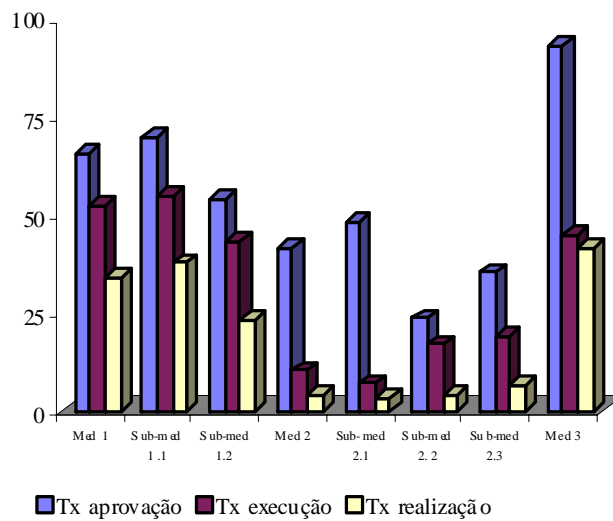


Gráfico 40: Taxa de aprovação, execução e realização por medida e sub-medida – (%)

As taxas de aprovação, execução e realização evidenciam a tendência nacional relativamente à preferência pela Cooperação Interterritorial com taxas elevadas na sub-medida 1.1 (69-55-38 %) e muito baixa realização na Cooperação Transnacional (4%).

Até 31 de Dezembro de 2005 foram aprovados, pelo Gestor do PIC LEADER+, dezanove projectos de Cooperação Transnacional cujas características são apresentadas no quadro seguinte:

	Data de aprovação	Elegível ao PIC LEADER+	Comp. FEOGA	Comp. MAPF
Cooperação Monte Palmas	28-04-2004	20.000,00	11.000,00	6.200,00
Cardum	10-05-2004	33.000,00	18.925,50	10.190,40
Intercâmbio Luso	13-10-2004	6.007,26	3.445,16	1.855,04
Museu multimediale	13-10-2004	30.000,00	17.205,00	9.264,00
Bodas reais	13-10-2004	12.909,60	7.403,66	3.986,48
	TOTAL 2004	101.916,86	57.979,32	31.495,92
Eco-red museus vivos	14-01-2005	100.647,57	57.721,39	31.079,97
Rotas Marianas	14-01-2005	27.690,00	15.880,22	8.550,67



Raízes para o desenvolvimento	01-04-2005	34.107,20	19.560,48	10.532,30
Rio Minho: Fonte de Riqueza e Desenvolvimento	01-04-2005	63.012,52	36.137,68	19.458,27
Rede de espaços cinegéticos	20-09-2005	30.400,00	17.434,40	9.387,52
Rotas sem barreiras	23-06-2005	73.484,17	42.143,17	22.691,91
Cooperar em Português	26-07-2005	213.580,58	122.486,94	65.955,19
Uso múltiplo da floresta - micologia	27-07-2005	39.699,04	22.750,02	12.249,08
Caminhos de Santiago, Caminhos de União	17-08-2005	30.000,00	17.205,01	9.264,00
Aldeias de Tradição	17-08-2005	177.009,03	101.514,60	54.660,42
Club Biored	20-09-2005	308.620,42	176.993,80	95.301,98
De Basto a Redange-Wiltz	25-11-2005	34.430,01	19.745,61	10.631,98
Museus Naturais	12-12-2005	183.657,79	105.327,74	56.713,53
Origens	12-12-2005	29.650,00	17.004,28	9.155,92
19 projectos aprovados	TOTAL 2005	1.345.988,33	771.905,34	415.632,74
	TOTAL	1.447.905,19	829.884,66	447.128,66

Os projectos de cooperação transnacional envolvem 99 parceiros provenientes de 9 países: 38 de Portugal, 41 de Espanha, 7 de Moçambique, 6 de Itália, 3 do Brasil, 1 da Irlanda, 1 da Holanda, 1 da Suíça e 1 do Luxemburgo. Sublinhar a evidente preferência na cooperação com parceiros Espanhóis quer pela proximidade geográfica e linguística quer pela afinidade cultural e histórica.

Nos temas escolhidos para a cooperação existe uma notória incidência sobre a melhoria da qualidade de vida quer em termos de serviços essenciais para a economia e população rurais quer no desenvolvimento das aldeias e património rural.

Dos resultados obtidos na cooperação transnacional registe-se a troca de conhecimentos e experiências na área do desenvolvimento local e das metodologias de intervenção e financiamento de projectos em meio rural; criação e consolidação de parcerias para

desenvolver uma cultura de cooperação; a criação de redes de pessoas e entidades e aquisição de competências técnicas; promoção dos territórios e dos produtos locais. Os produtos de cooperação envolvem a criação de logotipos e adopção de imagens de marca comuns, edição de material promocional, revistas e livros; criação de páginas web e plataformas digitais; organização de eventos e participação comum em feiras e exposições; elaboração de estudos e realização de acções de formação.

No que se refere às dificuldades sentidas na cooperação transnacional os GAL referem necessidades de assistência técnica, estabelecimento de contactos com potenciais parceiros, dificuldades na comunicação e na resolução de constrangimentos na legislação de cada país envolvido, concertação do mesmo cronograma de execução. Em particular nos projectos com países terceiros os GAL manifestam preocupação relativamente aos custos de deslocação e transporte elevados e às dificuldades dos parceiros em mobilizarem financiamento necessário à sua participação nos projectos.

Da análise de repartição dos fundos aprovados por fontes de financiamento, pode-se constatar que as comparticipações FEOGA e MADRP têm um impacto decisivo na implementação deste vector, representando cerca de 90% do investimento.

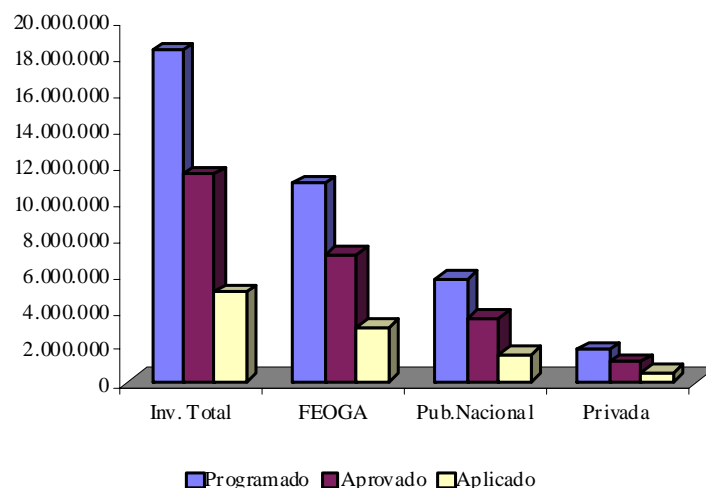


Gráfico 41: Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento

– (%)

Em relação à execução do Vector 2, importa salientar que à semelhança do constante no estudo de Actualização da Avaliação Intercalar, é opinião da Gestão do programa que o modelo de gestão implementado é demasiadamente descentralizado. Este facto origina que à EAT é muito difícil fazer a coordenação da informação dos projectos, tonando a tarefa de acompanhamento e gestão financeira particularmente difíceis. De facto há a percepção de que será necessário centralizar a informação relativamente à Cooperação, a fim de que a rede possa efectuar uma acção mais eficaz no apoio técnico que lhe está atribuído. Nesta fase do programa já não será possível alterar substantivamente a forma de gestão do vector, no entanto, assume-se como indispensável que esta experiência seja levado em consideração nos exercícios de programação da cooperação para o próximo período de programação.

Numa abordagem regional destaca-se o Alentejo com maior número de projectos aprovados (140) mas onde os projectos apresentam menor dimensão financeira (11.594€). Em oposição encontra-se a Beira Litoral cujos projectos apresentam maior dimensão financeira (34.925€) sendo a região com maior investimento aprovado.

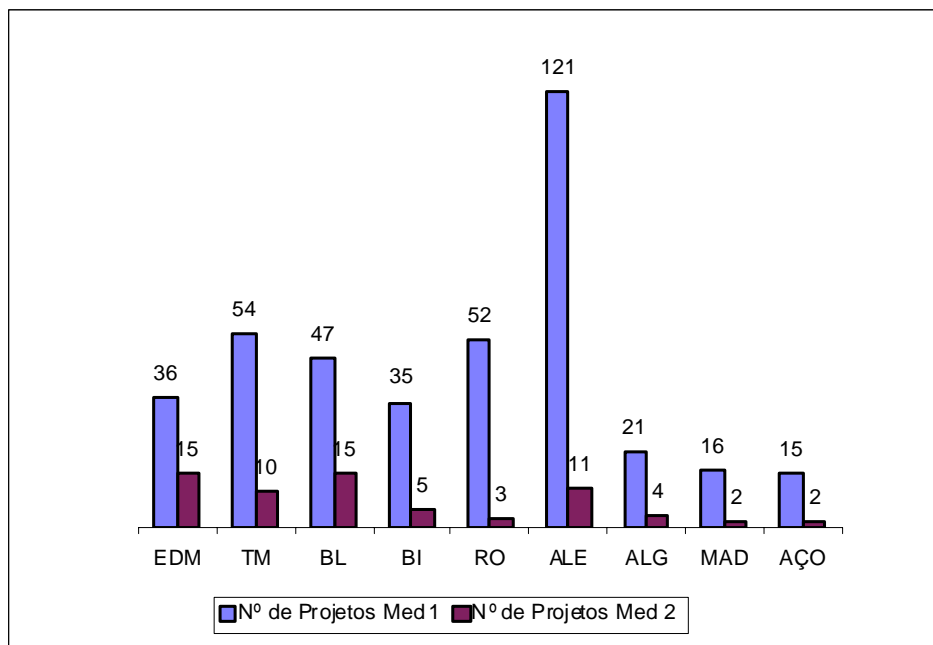


Gráfico 42 : Projectos aprovados – nº por Região Agrária

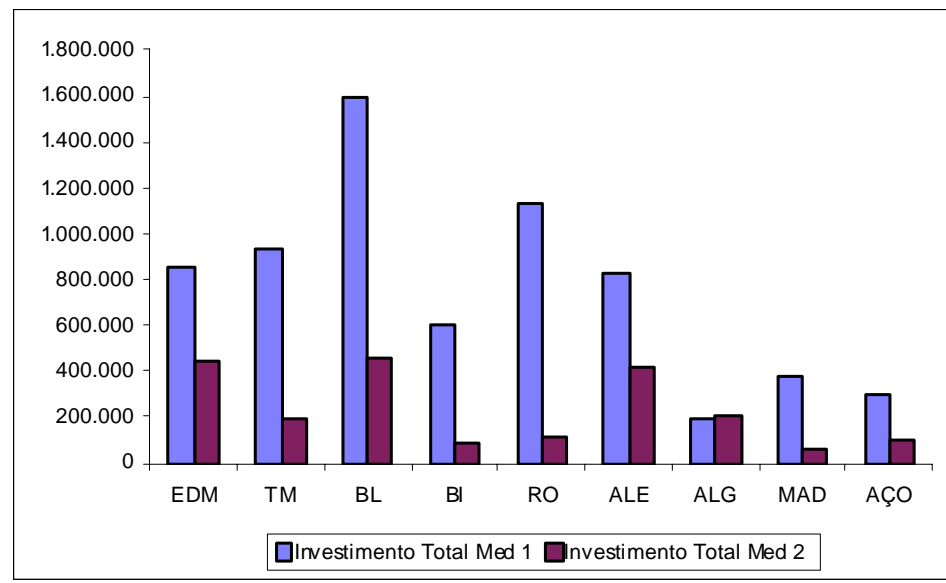


Gráfico 43 : Projectos aprovados – investimento por Região Agrária

No que diz respeito às taxas de aprovação, execução e realização é de evidenciar a Beira Litoral com 85% de aprovação, os Açores com 61% de execução e a Madeira e o Ribatejo ambos com 41 % de realização. No entanto, registre-se também a preocupação relativa à baixa realização nas regiões do EDM e BI respectivamente com taxas de 16 e 18%.

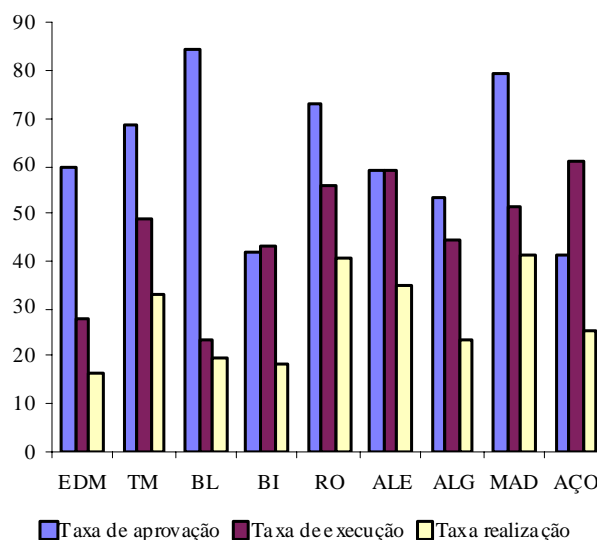


Gráfico 44: Taxa de aprovação, execução e realização (%)

A classificação de candidaturas aprovados por domínio de intervenção revela uma forte representatividade, quer em investimento quer em número de projectos, do domínio 1305– Serviços de base para a economia rural(177 projectos e 2.090.489€). Destaca-se ainda em número de projectos aprovados, o domínio 1310 - Fomento das actividades de Turismo(89 projectos) e o 164 - Ajudas às PME e artesanato (28 projectos).

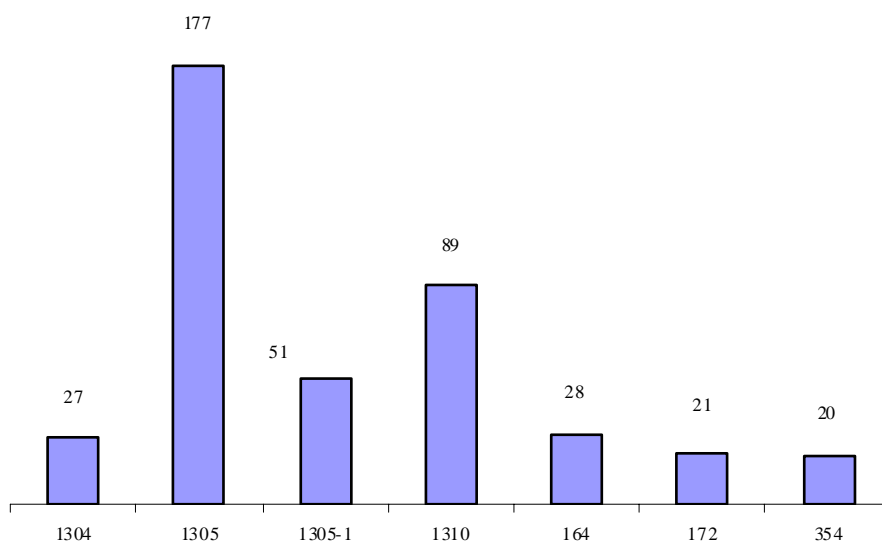


Gráfico 45 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – nº de projectos

Da análise do peso relativo dos domínios de intervenção relativamente ao investimento aprovado destacam-se igualmente os projectos enquadrados no domínio de intervenção Fomento das actividades de Turismo (1310) e Comercialização de produtos agrícolas de qualidade (1304).

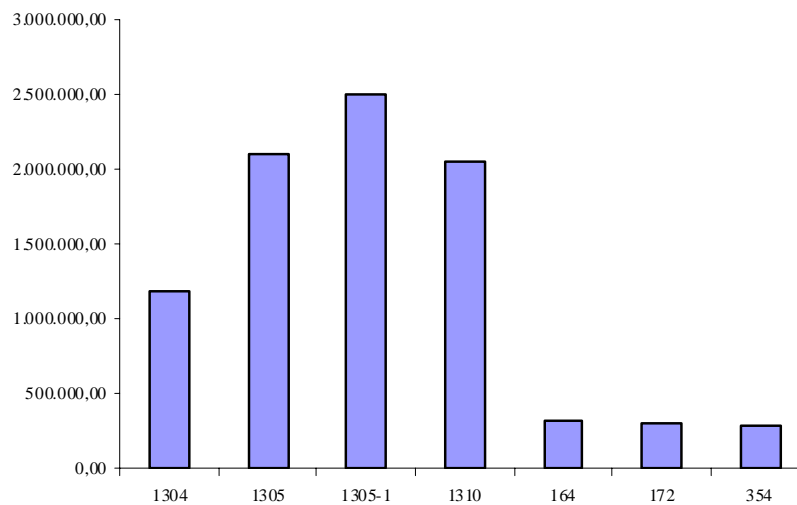


Gráfico 46 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento aprovado

Esta análise evidencia que a cooperação entre territórios rurais é subordinada às temáticas do turismo no fomento do alojamento de qualidade e das actividades inovadoras de animação turística bem como na organização conjunta de eventos promocionais do território e dos seus produtos de qualidade.

Em relação aos projectos concluídos no vector 2 foram apurados 84 projectos que perfazem um investimento de 688.630€ A Medida 1 contribui com 83 projectos concluídos e na Medida 2 está concluído o projecto designado por Intercâmbio Luso.

A análise da tipologia dos projectos concluídos relativamente aos domínios de intervenção revela a dominância do 1305 – Serviços de base para a economia rural e população que enquadra os projectos relacionados com a organização conjunta de eventos e participação comum em certames e exposições.

3.2.3 Vector 3

Não se enquadrando directamente neste ponto far-se-á uma descrição das principais acções desenvolvidas pela Rede durante o anos de 2005. Relativamente à execução financeira deste vector verifica-se que o investimento total assume o valor de 1.327.227,98 €, valor naturalmente baixo em termos de execução. Refira-se que o valor orçamentado para este vector é de 4.643.500 €

3.2.3.1 Actividades desenvolvidas pela Rede em 2005

A fim de avaliar as actividades desenvolvidas em 2004 e programar o trabalho para 2005, a Rede Portuguesa LEADER+ optou por uma metodologia participativa desenvolvida em 3 fases. Numa primeira fase realizaram-se **4 encontros intercalares** com GAL em diferentes territórios, numa 2ª fase realizaram-se encontros com as entidades parceiras e numa 3ª momento realizou-se, em Lisboa, o II Encontro Nacional, nos dia 3 de Março e onde estiveram presentes as DRA, os GAL e as entidades parceiras. Integrada nesse encontro a rede promoveu ainda uma sessão sobre *Sessão de Informação sobre a Reforma da Política Estrutural Comunitária para 2007 e 2013 e o FEADER: perspectivas futuras*.

Assim, após a realização do II Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER+, onde os GAL validaram a estratégia e as actividades a realizar, desenvolveram-se um conjunto de acções de promoção e qualificação, em torno dos interesses dos GAL e do Programa LEADER+ em geral e através do desenvolvimento de 3 eixos, a saber:

Eixo 1 – LEADER+ Informação/Reflexão/Comunicação

Eixo 2 – LEADER+ Assistência Técnica e Cooperação

Eixo 3 – LEADER+ Promoção e Divulgação

Eixo 1 – LEADER+ Informação/Reflexão/Comunicação

No âmbito da informação e comunicação a Rede Portuguesa promoveu o trabalho dos GAL através da divulgação de informação sistematizada sobre o Programa e da edição de material diverso, como sejam, o Jornal Pessoas e Lugares e a actualização do site (www.leader.pt).

Site – No âmbito da informação e comunicação, foi assegurada regularmente a divulgação de informações pertinentes para a dinamização da Rede e divulgação das actividades desenvolvidas no âmbito do Programa.

Jornal Pessoas e Lugares – a sistematização de informação regular foi também assegurada, através da edição de 10 números, do Jornal da Rede Portuguesa LEADER+, na base dos seguintes temas:



JPL nº 26 – Gastronomia e Identidade Territorial

JPL nº 27 – Pequenas e Médias Empresas em Meio Rural

JPL nº 28 - Territórios de Montanha

JPL nº 29 – Turismo e Outras Actividades Equestres

JPL nº 30 - Animação Turística nos Territórios Rurais

JPL nº 31 – Economia Social e Solidária

JPL nº 32 – Animação Cultural

JPL nº 33 – Vinha, Vinho e Enoturismo

JPL nº 34 – Associativismo nos Territórios Rurais

JPL nº 35 - Floresta Sustentável

Na perspectiva de divulgar localmente o Jornal Pessoas e Lugares foram realizadas **2 sessões de divulgação** na ADRUSE e ADRIMAG sobre respectivamente “Territórios de Montanha”, no dia 22 de Julho, em Gouveia e “Rios e Desenvolvimento” no dia 2 de Fevereiro, em Arouca. A realização destes eventos proporcionou encontros de reflexão entre promotores de projectos, responsáveis de instituições, decisores locais e outros actores responsáveis pelo desenvolvimento dos territórios rurais.

Cadernos Temáticos – iniciou-se a concepção dos cadernos temáticos tendo em vista o aprofundamento de temáticas necessárias ao trabalho dos GAL nomeadamente sobre Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural e Energias Renováveis.

Observatórios/Projectos/Grupos de Trabalho sobre Desenvolvimento Rural

Projecto EQUAL/IDEIAS – no âmbito da iniciativa EQUAL a Rede Portuguesa tem trabalhado em parceria com a Câmara Municipal de Palmela, a INDE e a Agrobio no projecto IDEIAS, a desenvolver no Poceirão, e cujos objectivos têm em vista equacionar o emprego na agricultura e o desenvolvimento de territórios em zonas de transição e sujeitas à pressão urbana, assim como identificar novas funções e novos perfis profissionais ligados à agricultura (“ecoprofissionalidade”) e ainda sensibilizar para novas práticas locais agrícolas orientadas para a biodiversidade, protecção da natureza e paisagem e desenvolvimento sustentável.



PROJECTO RE.CI.PRO.CO

O início da realização, em 2005, do projecto **RE.CI.PRO.CO** – **RE**lação de **CI**dadania entre **PRO**dutores e **CON**sumidores, a ser desenvolvido em parceria com a ADREPES, a TAIPA e a PROREGIÕES, foi um aspecto relevante para as actividades da Rede. Resultante de uma proposta apresentada pela INDE, com o fundamento de que se torna relevante alargar a aplicação do método LEADER a outras entidades ligadas ao mundo rural, este projecto orienta-se para a valorização de actividades que favoreçam o envolvimento dos GAL, nas novas soluções para o desenvolvimento dos territórios rurais. Este projecto tem tido bastante interesse para o Programa LEADER+ dada a problemática que aprofunda, respondendo à necessidade de inovação nesta área. São significativos os resultados que se esperam atingir com este projecto, nomeadamente no que se refere à aquisição de competências por parte dos GAL para integrarem a dimensão agrícola nas suas estratégias de intervenção territorial e ao efeito multiplicador desta dinâmica entre produtores e consumidores.

Integrado nas actividades deste projecto foi ainda apoiada a organização de um *Colóquio sobre “Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores”*, entre comunidades rurais e urbanas, que decorreu de 3 a 6 de Dezembro de 2005, em Palmela, organizado pela ADREPES. Este Colóquio decorreu em 4 dias, dois de visita e debate no terreno sobre entidades envolvidas no sistema RECIPROCCO e dois dias de colóquio em sala. Neste evento estiveram presentes cerca de 170 participantes de todos os continentes.

No âmbito deste eixo foi ainda assegurado o **sistema de informação e comunicação** regular com as diferentes entidades parceiras, a fim de desenvolver contactos e dinamizar a rede interna e externamente como sejam, com os GAL, as DRA e o Ponto de Contacto e outras Redes Nacionais, assim como a edição de material de divulgação, nomeadamente um desdobrável sobre o Programa LEADER+ em inglês e um desdobrável sobre os territórios LEADER+, em português.

Eixo 2 – LEADER+ Assistência Técnica e Cooperação

No âmbito deste eixo organizaram-se Sessões temáticas sobre os seguintes assuntos:



- *Oficina de Auditoria e Controlo de Procedimentos*, organizada em 4 sessões regionais, em que participaram todos os GAL, num total de 120 técnicos. Destas sessões resultou uma Ficha de Formação sobre o controlo e auditoria.
- *Actualização do WINLEADER*, na qual participaram 20 GAL, 40 técnicos
- Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural.

Estas oficinas, tendo como objectivo essencial a aquisição de competências específicas dos GAL, responderam positivamente aos interesses e necessidades apontadas pelas equipas técnicas dos GAL.

Eixo 3 – LEADER+ Promoção e Divulgação

Feira Andaluza de Turismo e Desenvolvimento Rural

A Rede Portuguesa LEADER+ participou na *Feira Andaluza de Turismo e Desenvolvimento Rural*, que decorreu em Sevilha, de 5 a 8 de Maio de 2005 e foi promovida pela FIBES - Institución Ferial Internacional de Muestras Iberoamericanas de Sevilla e pela empresa Eventos Logísticos FERIALES S.L. com apoio do Ministério da Agricultura e da REDR - Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural. Este evento teve como objectivo promover o turismo como factor de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e da melhoria da qualidade de vida das suas populações.

Considerando o interesse de muitos GAL da Europa em dinamizar parcerias e projectos de cooperação no âmbito da promoção das actividades e produtos turísticos dos diversos territórios rurais, a Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural fez um convite à participação nesta Feira de todos os GAL e Redes Europeias LEADER+.

A Rede Portuguesa LEADER+ e 16 GAL aceitaram o desafio e concretizaram a sua participação através de um stand "Portugal, um Destino Rural" e a edição de um catálogo de promoção dos produtos turísticos dos territórios dos GAL envolvidos. Durante a Feira realizaram-se diversos encontros com operadores turísticos, promotores portugueses e GAL de outros países presentes: Espanha, Irlanda e Itália.

No âmbito desta participação foram produzidos 10 000 folhetos em espanhol com Programas Turísticos dos 16 territórios dos GAL envolvidos e um catálogo "Portugal, um



destino rural, com a inclusão de três programas turísticos de fim de semana, por cada território.

Feira Nacional de Santarém – participou-se neste evento através de um *stand* com painéis alusivos ao Programa LEADER+ de 4 a 12 de Junho, de 2005, em Santarém

MANIFESTA

A Rede Portuguesa esteve presente na Manifesta, *VI Feira e Assembleia do Desenvolvimento*, organização conjunta da ANIMAR, Associação de Desenvolvimento Local e da Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira, realizada em Trancoso, de 25 a 29 de Maio. Este evento, teve uma projecção nacional e contou com a participação da maioria das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local do país e muitas representações da Europa e dos PALOP e tem como objectivo promover, equacionar e perspectivar o desenvolvimento local em Portugal. Este evento foi apoiado através da participação em diversas acções, nomeadamente a instalação de um stand com o objectivo de promover e divulgar o PIC LEADER+, as suas actividades, os GAL e os territórios LEADER+ e, ainda, promovendo um colóquio sobre “Desenvolvimento Rural e Ambiente”, no dia 25 de Maio de 2005. No âmbito desta actividade foi editado um suplemento, editado no Expresso (semanário de grande divulgação nacional) e um suplemento sobre a manifesta no correio da Manhã (jornal diário de grande tiragem)

AGRIUS

Considerando que o jornal Expresso tem uma tiragem nacional de 160.000 exemplares e que abarca uma margem considerável de população urbana a Rede Portuguesa LEADER+ editou ainda um suplemento, neste jornal, alusivo ao Programa LEADER+ e aos GAL.

Na sequência das actividades de promoção e divulgação do Programa LEADER+, torna-se uma prioridade a edição de material informativo relativo às potencialidades e virtualidades desta iniciativa para os territórios rurais.

Participação nas actividades desenvolvidas no âmbito do Observatório Europeu e do Ponto de Contacto

Feira da cooperação transnacional LEADER+

A Rede Portuguesa LEADER+ teve também uma participação activa na Feira de Cooperação, organizada pela Comissão Europeia/Ponto de Contacto, em Bruxelas. Com esta Feira pretendeu-se divulgar a cooperação transnacional LEADER+, mostrando a diversidade do Programa na Europa, assim como incentivar a cooperação transnacional entre os territórios rurais LEADER+.

A participação da Rede Portuguesa LEADER+ nesta Feira da Cooperação, através de cerca de 30 representantes, permitiu que se divulgasse o Programa LEADER+ de Portugal, dando a conhecer o ponto da situação da cooperação transnacional. Com esta presença pretendeu-se, ainda, criar condições para os GAL de Portugal aprofundarem conhecimentos e experiências sobre a implementação técnica da cooperação, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação dos seus projectos de cooperação.

A Rede Portuguesa LEADER+ esteve representada num *stand* cedido para o efeito pela Comissão Europeia e participou nas diferentes actividades desenvolvidas, como sejam, painéis, oficinas, mesas redondas, entre outras.

No decorrer da sessão plenária, realizada no dia 27 de Junho, foram apresentados 3 casos de estudo exemplificativos de boas práticas de cooperação transnacional. Após o debate sobre estas experiências foi apresentada uma síntese das ideias comuns destes projectos. As sessões paralelas e mesas redondas foram muitas e diversificadas, pelo que o Observatório LEADER+ irá disponibilizar toda a informação resultante desta Feira da Cooperação .

A apresentação das regras da cooperação transnacional, feita pelos responsáveis da cooperação dos diferentes Estados membros, incluindo Portugal, foi seguida com atenção por alguns dos participantes e voltou a evidenciar a multiplicidade de procedimentos e regras.

Seminário Europeu LEADER+ “NOVOS SABER FAZER E NOVAS TECNOLOGIAS NAS ÁREAS RURAIS: COMPETITIVIDADE E CRESCIMENTO ECONÓMICO REGIONAL”, realizado em Kauhajoki, 7-9 de Abril 2005, Finlândia. A participação da Rede Portuguesa LEADER+ neste seminário, realizado no Parque Tecnológico Logistia, em Kauhajoki, constituiu um valor acrescentado para o trabalho que temos vindo a realizar no âmbito do Programa LEADER+ pois a questão dos novos saber fazer e das novas tecnologias é um dos aspectos

cruciais para o desenvolvimento das zonas rurais. Estiveram presentes cinco GAL de Portugal, representados por Augusto Nogueira (PINHAL MAIOR) José Coutinho (LEADEROESTE), Mário Fidalgo (AD ELO), Manuel Gonçalves (CORANE), Miguel Velez (IN LOCO) e Maria do Rosário Serafim (REDE PORTUGUESA LEADER+) e cujos testemunhos da sua participação se partilham através de um comentário.

Sistematização e organização da informação acerca de projectos LEADER+ exemplares, a fim de serem divulgados nas 3 revistas *LEADER+ Magazine*, para a folha informativa do *Ponto de Contacto FlashNews*, para o *Repertório Europeu LEADER+* e ainda diversos trabalhos solicitados pelo Ponto de Contacto relacionados à cooperação transnacional, boas práticas, questionários e temáticas diversas.

Por convite endereçado pelo Ponto de Contacto, a coordenadora da Rede Portuguesa tem participado no *Grupo de Aconselhamento Estratégico*, constituído no âmbito da Comissão Europeia e do Observatório Europeu das Áreas Rurais. Este grupo, é constituído por mais três participantes da Rede Sueca, da Áustria e do Reino Unido, tendo por funções assegurar apoio ao nível estratégico, complementando o trabalho desenvolvido pela equipa operacional do Ponto de Contacto, e proporcionar orientações sobre o desenvolvimento e serviços prestados no âmbito do Ponto de Contacto, consolidando a sua relação com as redes nacionais.

3.2.4 Vector 4

No que diz respeito ao Vector 4, em que o beneficiário final também é o IDRHa foram aplicados, no ano de 2005, 430.707€ comparticipados a 75% pelo FEOGA. O que em valores acumulados perfaz um montante de 1.691.610€ que equivale a 29% de execução. Conforme foi referido no ponto 2.2, há naturalmente um valor baixo na execução pelas razões que foram explicitadas

No âmbito deste vector destacam-se as actividades desenvolvidas pela Autoridade de Gestão no que se refere à implementação dos controlos de primeiro nível de 2004

através da contratação de serviços externos à empresa Bdo&Associados. Refira-se que já foram iniciadas as acções de controlo de 2005 e muito em breve serão iniciadas as de 2006. No entanto, estas despesas relativas a 2005 serão reflectidas no exercício de 2006. Durante o ano de 2005 foi igualmente desenvolvido o estudo de actualização da avaliação intercalar. O pagamento final ocorreu contudo igualmente no ano de 2006. Refira-se que o atraso registado na execução deste estudo teve que ver com o facto de ter sido opção da comissão de acompanhamento do estudo, prolongar um conjunto de estudos de caso a fim de se obter um trabalho com elevado nível de detalhe, o que veio a acontecer. Foram analisados 26 estudos de caso relativos a 26 GAL. Ou seja, o atraso na entrega do estudo, Março de 2006, foi devidamente ponderada pela Gestão do programa.

A Comissão Nacional de Acompanhamento do LEADER +, no âmbito das suas funções de acompanhamento do programa, reuniu em Bragança a 31 de Maio de 2005.

Com relação às Comissões Regionais de Acompanhamento (CRA) refira-se a alteração aos Programa Nacional, que já em 2006 irá ser vertida na legislação nacional (Decreto-Lei já aprovado em Conselho de Ministros) em que apenas se prevêem a realização das comissões regionais de acompanhamento nas regiões autónomas. Assim, durante o ano de 2005 foram participadas despesas relativas a acções de acompanhamento efectuadas pelas Direcções Regionais de Agricultura conjuntamente com a EAT, ao abrigo de protocolos celebrados para o efeito.

A Unidade de Gestão reuniu duas vezes durante o ano 2005: a 24 de Maio com o objectivo de preparar a 4ª Reunião da CNA e a 14 de Novembro de cuja ordem de trabalhos se destaca a análise da situação relativa às acções de controlo de 1º nível.

3.3 Execução financeira por DI

Na caracterização dos projectos quanto ao Domínio de Intervenção verificamos que existe alguma dispersão quanto ao número de projectos e investimento aprovado. Desta forma seleccionaram-se os conjuntos de domínios que reuniam mais de 100 projectos aprovados, assumindo estes como os domínios de intervenção mais representativos e efectuando sobre esses projectos uma análise mais aprofundada.

Os 12 Domínios de Intervenção mais representativos 114, 1304, 1305, 1305-1, 1306, 1310, 161, 171, 172, 23, 353, 354, 36, somam 4255 projectos o que representa 83% do universo de projectos aprovados. O respectivo investimento aprovado perfaz 88% correspondendo a 192.055.654€

Evidenciam-se claramente os domínios 161 - Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos, 171 Turismo - Investimentos corpóreos e 1310 - Fomento de actividades de turismo totalizando cerca de um terço do investimento aprovado, e indicando o turismo como um sector económico onde o LEADER tem um significativo impacto.

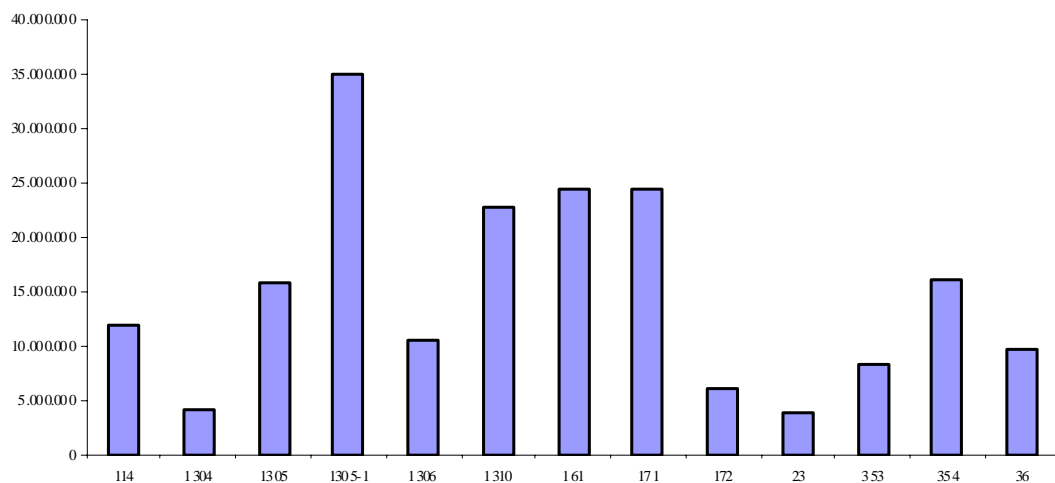


Gráfico 47 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento (€)

O cruzamento da informação relativa aos Domínios de Intervenção e tipo de promotor é evidenciado nos gráficos seguintes e por questões metodológicas são apresentados separadamente por grupos tipo de promotores.

Nos privados individuais evidenciam-se os domínios 161 Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos, 171 Turismo - Investimentos corpóreos e 114 Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas.

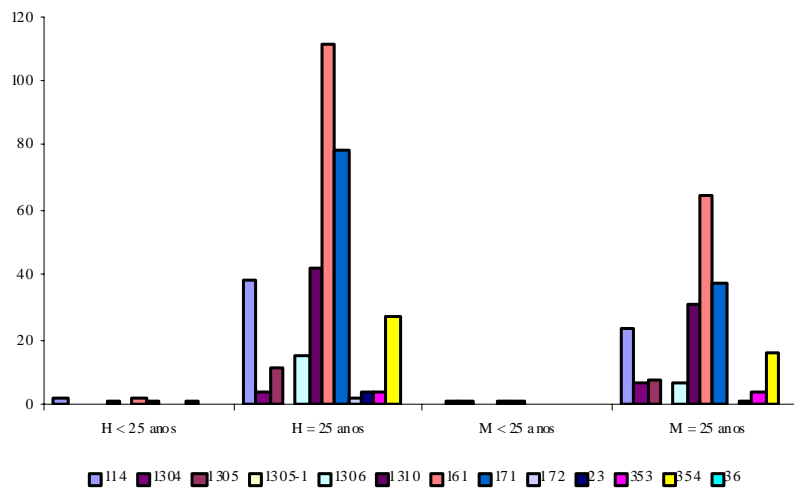


Gráfico 48: Domínio de intervenção – nº de projectos por género e classe etária

Nos privados Mulheres com mais de 25 anos de idade destacam-se os domínios 161- Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos, 171 Turismo - Investimentos corpóreos e 1310 Fomento de actividades de turismo.

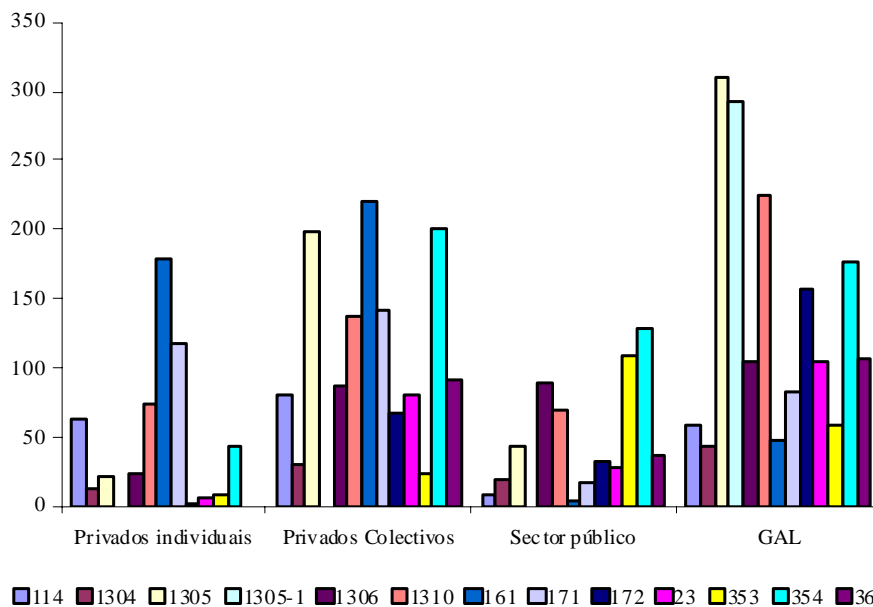


Gráfico 49: Domínio de intervenção – nº de projectos por tipo de promotor



Os projectos desenvolvidos pelos Privados Colectivos concentram-se nos domínios 161 Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos, 354 – Manutenção e restauração das heranças culturais e o1305 Serviços de base para a economia rural e população.

No Sector Público observa-se uma concentração de projectos nos domínios 354 – Manutenção e restauração das heranças culturais, 1306 – Renovação e desenvolvimento de aldeias e do património rural e 353 – Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural.

Nos GAL, excluindo o domínio referente à assistência técnica, 1305-1, verifica-se uma maior representatividade dos domínios 1305- Serviços de base para a economia rural e população, 1310 Fomento de actividades de turismo e 354 – Manutenção e restauração das heranças culturais.

3.4 Execução financeira em LVT

Dando cumprimento à determinação da alínea c), do nº 2, do atrº 37, Regulamento (CE) 1260/1999, importa referir que Portugal tem umas das suas regiões a beneficiar de apoio transitório – Lisboa e Vale do Tejo, que relativamente ao PIC LEADER+ coincide com as zonas de intervenção dos GAL da Região Agrária do Ribatejo e Oeste, ADIRN, ADREPES, APRODER, CHARNECA RIBATEJANA, LEADER OESTE e TAGUS.

Os 513 projectos aprovados na Região Agrária do Ribatejo e Oeste significam cerca de 12% do universo dos projectos aprovados no PIC LEADER + e em termos de investimento aprovado esta região contribui em cerca de 14% para o investimento aprovado no todo nacional.

A análise da execução do PIC LEADER+ quanto ao tipo de promotor mostra uma concentração bi-polarizada com 43% de projectos aprovados e 41% do Investimento Aprovado no interior da parceria e ainda um forte impacto na dinamização do sector empresarial com 34% dos projectos aprovados e 45% do Investimento Aprovado no conjunto formado pelos empresários individuais e pelas empresas.

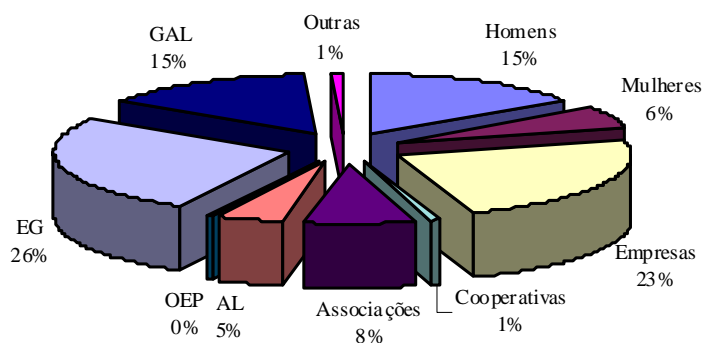


Gráfico 50: LVT - Investimento aprovado por tipo de promotor (%)

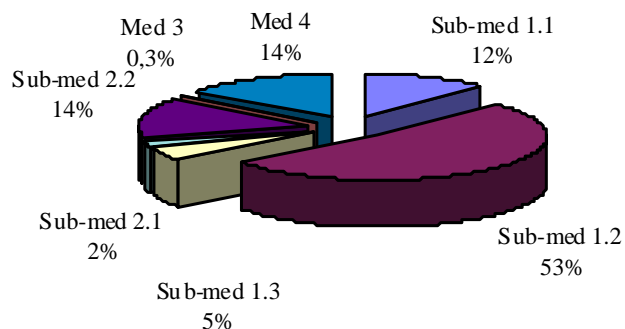


Gráfico 51: LVT - Investimento aprovado por medida e sub-medida (%)

A análise do investimento aprovado por medida e sub-medida permite ainda concluir que o PIC LEADER+, evidencia nesta região, uma forte dinamização do investimento privado ao nível das PME, numa clara afectação de recursos ao nível das actividades produtivas com mais de metade do investimento aprovado na sub-medida 1.2.

Os domínios mais representativos, exceptuando o 1305-1 relativo à assistência técnica, são os 171 – Turismo – Investimentos corpóreos, 1310 – Fomento de actividades de turismo e o 23 – Desenvolvimento da educação e da formação não ligados a um sector específico.

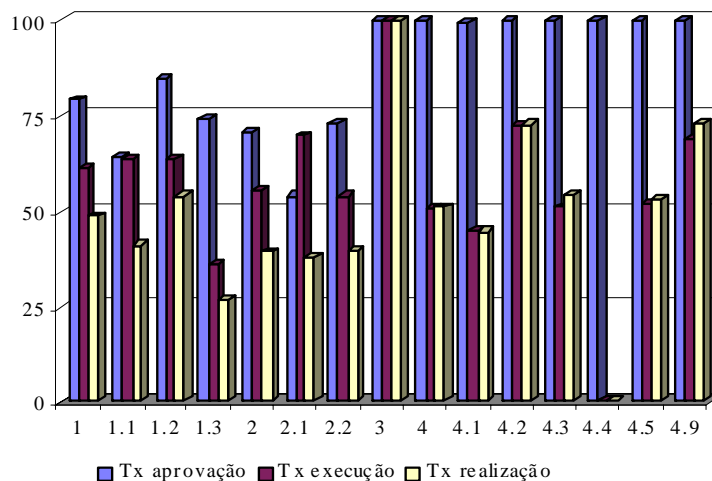


Gráfico 52: LVT – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por medidas e sub-medidas

A execução financeira nesta região encontra-se a decorrer a bom ritmo e apresenta indicadores acima da média nacional o que é evidenciado pelas taxa de aprovação de 86%, taxa de execução de 73% e uma taxa de realização de 63%.

A análise da execução financeira por Sub-medida demonstra que a Sub-medida 1.2 Apoio às actividades produtivas apresenta uma taxa de realização de 67% relativamente ao investimento aprovado nesta região.

No que concerne o emprego, esta região contribui com 224 empregos novos e 141 preservados representando respectivamente 17% e 4% do todo nacional, sendo na sub-medida 1.2 onde que concentra 83% do emprego criado. A distribuição por categorias da situação na profissão segue o padrão nacional com maior relevância do trabalho por conta de outrém. Já na escolaridade o emprego aparece mais qualificado sendo a categoria dos 10-12 anos de escolaridade que assume maior importância e para a situação face ao emprego verifica-se que os desempregados de longa duração tem menor peso com 17% relativamente aos 27% das restantes categorias.

No Vector 2 a execução do PC materializa-se em 61 projectos aprovados correspondentes a 1.526.175€ de Investimento aprovado e 856.648€ de investimento realizado. Quanto à distribuição por sub-medidas esta acompanha a tendência nacional com 52 projectos aprovados na Medida 1.



No que diz respeito à Rede Natura identificaram-se 45 projectos que totalizam 2.022.255€ de investimento, 964.604€ FEOGA e 100.700€ MADRP. Dos domínios de intervenção verifica-se que também em território de Rede Natura são os 1310 – Fomento de actividades de turismo e 171 – Turismo – investimento corpóreo que concentram 11 e 7 projectos respectivamente.

Quanto aos domínios mais relacionados com a temática ambiental encontramos os seguintes projectos, promotores e investimento aprovado:

1312 - Preservação do ambiente – 9 projectos com 196.332€- 5 Privados colectivos e 4 GAL – 3 dos quais localizados em Rede Natura

353 – Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural - 9 projectos com 465.337€- 3 Público e 6 GAL – 2 dos quais localizados em Rede Natura

3.5 Necessidades financeiras face ao executado e ao programado

Durante 2005 verificaram-se algumas dificuldades financeira em relação à componente FEOGA e MADRP (PIDDAC). Relativamente à componente FEOGA, as dificuldades sentidas foram ligeiras, residindo apenas no facto de a última transferência se ter processado em duas tranches por indisponibilidade financeira da Comissão. Assim, o terceiro pedido de pagamento de 2005 foi reembolsado em 2005 no valor de 5.052 mil euros (65% do pedido solicitado) e em 2006 no valor de 2.703 mil euros.

Relativamente à componente PIDDAC, conforme exposto no ponto 1.5 houve uma insuficiência de 492.728 euros no vector 1 e de 213.575 euros no vector 2, que foram corrigidos durante o ano de 2006. No entanto importa frisar que as disponibilidades PIDDAC em 2006 são manifestamente inferiores às necessidades, prevendo-se que pelo menos o último pedido de pagamento não possa ser transferido para os GAL.

4 DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO

4.1 Acções de acompanhamento e de avaliação

No âmbito do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março de 2001, que estabelece as regras de execução do regulamento Geral dos Fundos, no que respeita aos sistemas de gestão e de controlo das intervenções, estão definidas as competências das autoridades de gestão e de acompanhamento, bem como as tarefas a desempenhar por cada uma delas. Deste modo o art.º 4 define o acompanhamento, o art.º 9 a certificação de despesas e o art.º 10 o controlo de 1º nível.

O acompanhamento, da responsabilidade da Autoridade de Gestão, através da Estrutura de Apoio Técnico ao Gestor LEADER +, consiste nas seguintes tarefas:

- Assistência Técnica - carácter contínuo, telefónico ou presencial.
- Verificação dos procedimentos de gestão no que toca ao cumprimento da legislação comunitária, nacional e dos normativos internos do Programa, estipulados aos GAL - efectuado essencialmente nas visitas aos GAL.
- Controlo documental - a nível dos dossiês técnico e financeiro de cada projecto, com base nos Pedidos de Pagamento apresentados pelos GAL.
- Controlo de conformidade de projectos no terreno efectuado nas visitas aos GAL

Foram efectuadas acções de acompanhamento (verificação dos processos técnico e financeiro e respectiva realização) a 155 projectos correspondendo correspondendo um investimento total aprovado de 13.663.576 euros sendo 6.716.913 euros FEOGA. O investimento realizado e controlado correspondente aos projectos analisados foi de, respectivamente, 9.439.323 euros e 8.77.838 euros.

Face a 2004 verificou-se um ligeiro decréscimo de projectos “acompanhados”, facto que se justifica pela redução de recursos humanos na equipa de acompanhamento ao vector 1 e 2 da EAT, e por se ter verificado um acréscimo de necessidade de trabalho de

gabinete, nomeadamente, análise de reprogramações financeira organização de base de dados.

No final de cada visita é elaborado um relatório próprio, assinado pelo respectivo técnico da Equipa de Apoio ao Gestor, que posteriormente é enviado para o GAL para contraditório. Através do controlo de procedimentos de gestão dos GAL, foram já detectadas e corrigidas as situações irregulares, que se encontram registadas nos referidos relatórios. Os relatórios são introduzidos numa base de dados criada para o efeito.

Ainda no âmbito do acompanhamento, salienta-se a análise dos Pedidos de Pagamento dos Vectores 1 e 2, enviados pelos GAL ao OI, em Fevereiro, Junho e Outubro, com datas de referência a Janeiro, Maio e Setembro, respectivamente, que também são da competência da EAT.

4.1.1 Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do PIC LEADER+ - Recomendações

O modelo de avaliação inicialmente apresentado pelo CIDEC, em Setembro de 2005, sofreu profundas alterações, na sequência dos trabalhos realizados pelo Avaliador em estreita articulação com o Grupo técnico de avaliação do IDRHa, de modo a reforçar o carácter empírico da investigação e a possibilidade de cruzamento de resultados provenientes de diferentes origens.

Estas sessões de trabalho entre o Avaliador e Grupo técnico de avaliação do IDRHa incidiram designadamente na incorporação de instrumentos de recolha/fontes de informação adicionais, recolha de informação primária (estudos de caso, inquéritos e entrevistas) suportada por instrumentos de notação (questionários e guiões) e desenvolvimento de uma bateria de indicadores de avaliação associada aos Objectivos Específicos do Vector 1.

A versão final do Relatório de actualização da avaliação intercalar já apresentada em Março de 2006, fornece uma avaliação mais completa do que o estudo realizado em 2003, mostrando a forma como o Programa está a ser executado, os resultados obtidos e a concretização dos objectivos propostos.

Apresenta-se de seguida um conjunto de recomendações decorrentes dos principais resultados obtidos pelo Avaliador:

- “Nomear formalmente um gestor para o LEADER+, de modo a garantir a segregação de funções entre a Autoridade de Pagamento e a Autoridade de Gestão
- Assegurar o cumprimento da segregação de funções entre o controlo de acompanhamento e o controlo de 1º nível (Art.º 10.º do Regulamento (CE) 438/2001, de 2 de Março), mediante a criação de uma equipa de controlo na dependência directa do Gestor.
- Apesar da relevância da Colocação em Rede e da Cooperação, reafectar recursos financeiros do Vector 3 e, sobretudo, do Vector 2 para o Vector 1 de modo a promover-se a plena utilização dos fundos e a eficácia global da intervenção
- Melhorar a capacidade do WINLEADER+ em produzir informação actual em tempo útil, mediante a sua transformação num sistema cliente servidor
- Proceder a uma alimentação sistemática da bateria de indicadores desenvolvida pelo CIDEC em estreita articulação com o IDRHa (ou outra que aperfeiçoe o trabalho entretanto realizado)
- Definir objectivos operacionais (metas quantificadas) a nível nacional (indicadores de impacto) e a nível local (indicadores de realização e de resultados)
- Ponderar a aplicação em Portugal da “Strategic Plan Approach” em detrimento da “Action Plan Approach” (actualmente adoptada), de modo a se garantir a segregação de funções entre o desenvolvimento de projectos, a apreciação técnica e a decisão de aprovação, bem como um acompanhamento mais efectivo das decisões a nível local (sobretudo no caso de reforço financeiro do eixo LEADER)
- Ponderar uma reorganização de algumas zonas de intervenção, com eventual criação de territórios mais vastos geridos por um único GAL que congregue várias associações e que permita garantir a necessária massa crítica e capital de competências e experiência (sobretudo no caso de reforço financeiro do eixo LEADER). Nessa reorganização privilegiar, nos casos em que faça sentido, uma compatibilização das zonas de intervenção LEADER com as regiões NUTS III
- Rever o modelo de financiamento do Vector 1 de modo a não inibir o surgimento de projectos inovadores e estimular o desenvolvimento de projectos sobretudo nas regiões mais deprimidas e descapitalizadas (diferenciação por ZI das taxas de

adiantamento e/ou de cofinanciamento; criação de um fundo de capital de risco ou “semente”)

- Definir um rumo claro para a política de cooperação no âmbito do LEADER
- Rever o modelo de financiamento do Vector 2, acabando com o financiamento descentralizado dos projectos de modo a aumentar as sinergias e a eficácia global da Cooperação
- Incentivar projectos de cooperação que envolvam territórios urbanos e/ou países habitualmente menos representados nas actividades já desenvolvidas (exemplo: países da Europa central ou da América Latina)
- Prosseguir uma política de Colocação em Rede que vise aumentar a eficácia e o interesse das actividades de cooperação
- Apostar mais na formação profissional, orientando-a para o reforço das competências colectivas e individuais dos agentes de desenvolvimento rural
- Desenvolver estratégias formativas e de Colocação em Rede no âmbito da promoção e comercialização dos territórios e dos respectivos produtos locais
- Reforçar o papel que a Colocação em Rede poderá ter no fomento da articulação entre várias políticas/programas de desenvolvimento rural e regional
- Estimular um maior acompanhamento da implementação do PDL por parte das parcerias locais, nomeadamente através da imposição de “assembleias-gerais” com uma periodicidade pelo menos semestral e nas quais o IDRHa deverá estar presente, no âmbito das suas funções de acompanhamento
- Aumentar a vigilância sobre a eficácia potencial dos projectos nas áreas de “Salvaguarda do ambiente e da paisagem” e “Preservação do património e da identidade cultural dos territórios
- No âmbito da “Melhoria da qualidade de vida”, privilegiar o investimento produtivo (serviços de proximidade) em detrimento do investimento imaterial (cultura e recreio), que tem sido mais frequente
- Condicionar fortemente o apoio à realização e participação em feiras e eventos similares, de modo a aumentar a eficiência na utilização dos Fundos Comunitários
- Dar mais prioridade a projectos com valia ambiental e paisagística, tornando, por exemplo, obrigatórios os critérios de acesso ou majorações que diferenciem positivamente projectos com esse tipo de efeitos

- Dar mais prioridade a projectos que visem superar necessidades das mulheres bem como estimular a fixação de jovens em meio rural
- Reforçar as práticas de auto-avaliação dos GAL mediante a elaboração de manuais de apoio (mais operacionais e simples que os produzidos no âmbito do PIC EQUAL)”

4.2 Acções de controlo financeiro

Acções de controlo 1º nível

O Reg. (CE) 438/2001, relativo às regras de execução do Reg. (CE) n.º 1260/1999 no que respeita aos sistemas de gestão e de controlo das intervenções no quadro dos Fundos Estruturais, aponta, no n.º 2 do seu artigo 10º, para a necessidade de se efectuarem controlos por amostragem ao longo do programa.

Em 2004 foi celebrado um contrato com a BDO Binder & Co., Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., cujo objecto consistia na aquisição de serviços para a realização de auditorias técnico-financeiras no âmbito das acções de controlo de 1.º nível, aos projectos financiados ao abrigo do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, com data de corte de 30/06/2003.

Do Universo faziam parte 2328 projectos, que correspondiam a um Investimento Total Aprovado de 116.035.121,68€ e a um Investimento Total Realizado de 38.662.049,74€

Os critérios que presidiram à selecção da amostra foram os seguintes:

1º - Selecção dos GAL a controlar:

Do universo de 52 GAL, seleccionaram-se 22, utilizando um método de sorteio condicionado, já que se definiu à partida que se escolheria um GAL dos Açores e um da Madeira, ficando os outros 20 GAL para as outras 7 regiões. Nas regiões com 8 e 7 GAL seleccionou-se 50%, 4 e 3 GAL, por serem as zonas maiores. Nas outras regiões foram seleccionados 30% dos GAL.

Os GAL seleccionados foram, então os seguintes:

Enter Douro e Minho: Ader-Sousa, Atahca, Probasto e Sol-do-Ave.

Trás-os-Montes: Adrat e Desteque.

Beira Litoral: Ad Elo, ADD, Adiber, Dueceira.

Beira Interior: Adraces, Pró-Raia, Pinhal Maior.

Ribatejo e Oeste: Adirn, Charneca.

Alentejo: ADL, Esdime, Leader Sôr, Monte.

Algarve: In Loco.

Açores: Grater.

Madeira: Acaporama.

2º - Selecção dos Projectos a controlar:

De cada um dos GAL seleccionados, foram escolhidos, inicialmente, 6 projectos, um de cada sub-medida, mais um do Funcionamento do GAL. A escolha teve por base os projectos, que tendo investimento já realizado, apresentavam também um valor maior de aprovação. Posteriormente, foram seleccionados 3 projectos de cada GAL, de entre os 6, através de um sorteio. Fazem assim parte deste plano de controlo 22 GAL cada um com 3 projectos seleccionados. A selecção dos GAL foi efectuada da seguinte forma:

Em termos financeiros os projectos alvo de auditoria totalizam um investimento total de 4.318.999,69€ para um FEOGA de 2.657.210,94€ Estes valores correspondem a 11% do Investimento Total realizado até à data de corte. De referir que neste controlo só foram seleccionados projectos do V1, face à muito baixa execução do V2. Estes projectos representam ainda 7,25% do total aprovado até essa data.

Durante o ano de 2005, o controlo de 1º nível efectuou vistas aos seguintes GAL, ACAPORAMA, AD ELO, ADER-SOUSA, ADIBER, ADIRN, ADL, ADRACES, ADRAT, ATAHCA, DESTIQUE, DUECEIRA, GRATER, IN LOCO, LEADERSÔR, MONTE, PROBASTO, PRÓ-RAIA, RUDE e SOL-DO-AVE.

Estas auditorias foram concluídas em Setembro de 2005, levando à elaboração pelo Auditor de relatórios preliminares, que deveriam ser analisados pela Equipa de Controlo de 1º nível, que estava para ser criada na dependência directa do Gestor.

Uma vez que não foi possível criar, à data, essa estrutura os relatórios da entidade externa não foram analisados e como tal ainda não deram lugar a um despacho final da gestão.

Tendo em conta as perspectivas e a necessidade de se dar cumprimento às regras comunitárias, nomeadamente o art.º 10º do Reg. (CE) n.º 438/2001, decidiu o Gestor proceder à abertura de um Concurso Público (n.º 14/2005) para a aquisição de serviços para a realização de auditorias técnico-financeiras no âmbito das acções de controlo de 1.º nível, conforme previsto no plano para 2005. Esse concurso foi aberto em Setembro de 2005, tendo sido adjudicados os serviços à empresa António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão e Associados, SROC, actualmente designada como MAZARS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Desse universo fazem parte 3.929 projectos (3.671 no Vector 1 e 258 no Vector 2), que correspondem a um Investimento Total de 170.519.282,59€ repartido pelo Vector 1, 165.121.522,56€e pelo Vector 2, 5.397.760,03€

Os critérios que presidiram à selecção da amostra foram os seguintes:

1º - Selecção dos GAL a controlar:

Do universo de 52 GAL, retiraram-se os 22 seleccionados para o controlo a realizar em 2004.

Em seguida seleccionaram-se 23 GAL. A selecção foi feita por sorteio condicionado, já que se definiu à partida que, desta vez se escolheriam dois GAL dos Açores e nenhum da Madeira, ficando os outros 21 GAL para as outras 7 regiões. A região do Entre Douro e Minho veria os restantes 4 GAL serem seleccionados, por via do menor acompanhamento tido no último ano. Nas outras regiões foram seleccionados 3 GAL, excepção feita ao Algarve e aos Açores com apenas 2 cada.

Os GAL seleccionados foram, então os seguintes:

Enter Douro e Minho: Adril, Adrimag, Adriminho, Dolmen.

Trás-os-Montes: Beira Douro, Corane, Douro Superior.

Beira Litoral: Adae, Adices, Terras Sicó.

Beira Interior: Aderes, Adruse, Pinhal Maior.

Ribatejo e Oeste: Adrepes, Aproder, Leader Oeste.

Alentejo: Ader-Al, Rota do Guadiana, Terras Dentro.

Algarve: Terras do Baixo Guadiana, Vicentina.

Açores: Adeliaçor, Arde.

2º - Selecção dos GAL com projectos do Vector 2:

De cada um dos GAL seleccionados anteriormente, escolheu-se, aleatoriamente, um GAL de cada região, para ter um projecto do Vector 2 controlado.

Os GAL seleccionados foram, então os seguintes:

Enter Douro e Minho: Adriminho.

Trás-os-Montes: Douro Superior.

Beira Litoral: Adices.

Beira Interior: Aderes.

Ribatejo e Oeste: Adrepes.

Alentejo: Terras Dentro.

Algarve: Vicentina.

Açores: Arde.

3º - Selecção dos projectos:

Decidiu-se que seriam escolhidos 4 projectos do Vector 1 de cada GAL, excepto nos GAL seleccionados também para o Vector 2, que teriam 3 projectos do Vector 1 e 1 do Vector 2.

VECTOR 1 - Para determinar os projectos a controlar começou por se excluir os projectos auditados pela IGA e em seguida limitou-se a amostragem aos projectos com Investimento Realizado, tendo-se seleccionado, posteriormente, os projectos com maior investimento aprovado em cada um dos GAL, excluindo a Medida 4.

No passo seguinte restringiu-se a amostra aos projectos que tinham, no mínimo, 50% do Investimento realizado, ou 20.000€ de despesas. Nesta fase já se entrou com os projectos da Medida 4.

A selecção dos restantes projectos foi feita aleatoriamente.

VECTOR 2 – A selecção dos projectos do Vector 2 que serão controlados, foi feita de forma igualmente aleatória.

A amostra final envolve 92 projectos, a que corresponde um Investimento Total Aprovado de 6.909.627,00€ e um Investimento Total Realizado de 5.540.692,68€ situando-se o esforço de controlo, tendo em conta este Universo e as amostras seleccionadas para 2004 e 2005, em 9,15%.

Os trabalhos de campo decorrerão na íntegra durante o ano de 2006.

Face ao atraso no início dos trabalhos de controlo de 1º nível, e uma vez que a regulamentação impõe a necessidade de se efectuarem controlos ao longo da Intervenção, foi decidido pela Gestão, que as amostras de projectos a auditar saíam sempre do Universo total, ou seja, utilizando valores acumulados desde o início do Programa até à data de corte estabelecida para cada ano.

Deste modo temos que o Universo do controlo de 2004, eram todos os Pedidos de Pagamento até 30/06/2003, o do controlo de 2005, os Pedidos de Pagamento até 30/09/2004 e os de 2006, os Pedidos de Pagamento até 30/09/2005, tendo sempre presente que um mesmo projecto não seria controlado duas vezes.

Deste modo garante-se que os controlos efectuados irão reflectir a realidade dos projectos ao longo da execução do Programa.

Conforme foi comunicada na última reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento foi alterada a Resolução de Conselho de Ministros (RCM n.º 58/2006 de 15 Maio) que cria a estrutura de apoio técnico ao controlo. Neste sentido, as questões de avaliação dos relatórios de acompanhamento, colocadas no passado estão corrigidas, estando a referida estrutura a analisar todos os processos já concluídos. Ou seja, do ponto de vista formal já estão criadas as condições para que o controlo se desenvolva de forma totalmente independente da EAT, conforme a pretensão das autoridades de controlo nacionais e comunitárias.

4.2.1 Acções de certificação de despesas

Tendo em vista dar resposta às solicitações quer da Comissão Europeia, quer dos organismos nacionais de controlo (IGF e IGA), foi criada, por despacho interno n.º 6/P/05, de 29/06/2005, a estrutura segregada para a certificação de despesas. Esta

estrutura está sediada na Direcção de Serviços de Gestão e Administração, que é a responsável no OI, pelos pagamentos.

Foram desencadeados procedimentos com vista à operacionalização dos trabalhos, nomeadamente a criação de um Manual da Autoridade de Pagamento, onde se encontram definidas todas as orientações para a certificação, quer ao nível dos procedimentos para a selecção de projectos a auditar, quer nos fluxos de informação entre as Autoridades de Gestão e de Pagamento, entre outras.

O primeiro pedido sobre o qual recairá esta certificação de despesas será o 1º Pedido de Pagamento de 2006, que corresponde ao período entre 01/10/2005 e 31/01/2006, sendo efectuado com recurso a uma entidade externa seleccionada no seguimento de uma consulta pública efectuada para esse efeito.

Para incluir no processo de certificação seleccionaram-se 10 GAL existentes numa área geográfica perto de Lisboa, tendo em conta que se tratava da primeira vez que se fazia este tipo de trabalho e tendo em vista minorar os efeitos das deslocações longínquas. Os GAL seleccionados foram:

- ADAE;
- ADREPES;
- APRODER;
- CHARNECA RIBATEJANA;
- LEADER-OESTE;
- ADER-AL;
- ADL;
- LEADERSÔR;
- MONTE, ACE;
- TERRAS DENTRO.

Do Universo total de investimento realizado neste PP, nos 52 GAL, 15.844.742,23€ no Vector 1 e 643.270,23€ no vector 2, seleccionou-se uma amostra de 7%, aproximadamente, 1.242.182,05€, a que correspondem 28 projectos do V1 e 1 do V2.

Nos próximos processos de certificação serão cobertos naturalmente todos os GAL. Refira-se que o processo que se encontra a decorrer, relativo ao primeiro pedido de

pagamento de 2006, está a atrasar significativamente o envio do pedido de pagamento à Comissão por via de uma fraca experiência na implementação deste procedimento. Prevê-se que esta situação seja corrigida no segundo pedido de 2006.

4.3 Utilização da assistência técnica

Para além de alguns elementos referidos no ponto anterior, salientam-se algumas alterações ao software Winleader+. Neste sentido foram efectuadas algumas alterações ao software de gestão, que residiram no aumento da fiabilidade, através da “limitação” de acesso às bases de dados de pedidos de pagamento encerrados, a fim de tornar mais fiável o software. Por outro lado, após se ter detectado algumas discrepâncias nas bases de dados, em especial do Vector 2, procedeu a EAT à uma revisão geral de todas as bases de dados, por forma a uniformizar critérios. Importa igualmente salientar que foram corrigidos todos os dados relativos a investimentos totais: investimento total e investimento total elegível. Tendo em conta a verificação de que o software Winleader se afigura com uma forma de funcionamento pouco eficiente face às actuais ferramentas disponíveis no mercado, foi decidido reformular o software para um sistema de portal, centralizando toda a informação, facto que se prevê ser benéfico no controlo da gestão financeira dos GAL e bem assim do programa.

Igualmente em 2006 tornou-se operacional o upgrade da versão WinLEADER+ do IDRHa que criou os dois módulos de gestão dos Vector 3 e 4 .

4.4 Medidas tomadas para assegurar a publicidade da intervenção

Para além da verificação do cumprimento dos regulamentos comunitários em vigor relacionados com estas matérias (através de acções de controlo de 1º nível e de acompanhamento pela EAT), a publicitação do programa foi feita através, essencialmente através de acções relacionadas com o Vector 3. No âmbito deste Vector foram concebidos diversos projectos no sentido de implementar acções dinâmicas de promoção do PIC LEADER+ a saber (já identificadas no ponto 3.2.3.1):

Jornal de Pessoas e Lugares



Trata-se de um jornal de animação da Rede Portuguesa LEADER+ que tem por objectivos divulgar e promover o LEADER+ assim como reforçar uma imagem positiva do mundo rural. O jornal tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita. Foram editados 10 números do JPL conforme contrato estabelecido com a INDE e em complementaridade organizaram-se **sessões de divulgação do Jornal Pessoas e Lugares** nos territórios LEADER+.

Site LEADER+

O site da Rede Portuguesa LEADER+ assegura a publicidade sobre a IC sendo simultaneamente um instrumento de assistência técnica à cooperação e um veículo de divulgação das várias actividades da rede.

Participação em feiras

A Rede participou em várias feiras, das quais se destaca a Manifesta, a Ferantur (Sevilha), Feira nacional da Agricultura Santarém,

Destacáveis da Imprensa

Foi editado no Jornal Expresso (jornal de maior tiragem em Portugal) um destacável, AGRIOUS, relativo ao Programa Leader+

Foram ainda produzidos outros materiais tais como:

- 1 Brochura sobre o LEADER+ em Português, tendo sido traduzida para inglês, aguardando a sua edição.
- Blocos e sacos de pano com o logotipo da Rede
- Cartazes de divulgação do LEADER+

Outra forma de promoção do Programa Leader+ são os vários seminários para os quais o Gestor é convidado a participar, maioritariamente organizados pelos GAL, mas não só. Destacam-se, neste âmbito, alguns seminários desenvolvidos no âmbito do programa Interrreg, pelo facto de muitas vezes haver nos respectivos territórios, uma evidente complementaridade entre esta iniciativa e o Leader+..

4.5 Comité de Direcção Leader +

Ao longo do ano de 2005 realizaram-se duas reuniões do “Comité de Pilotage LEADER+”, em Bruxelas, ambas com a participação do Chefe de Projecto, Eng.º Rui Batista e a Dr.ª Rosário Serafim da Rede Leader+

5 MEDIDAS TOMADAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E A COORDENAÇÃO DE CONJUNTO

No que diz respeito à compatibilidade do programa com as políticas comunitárias referidas no artigo 12º do regulamento 1260/99 (ambiente, política agrícola comum, etc), bem como a igualdade de oportunidades, é feito um aprofundamento no ponto 2.3

No cumprimento das acções de cooperação protocoladas entre as Direcções Regionais de Agricultura e o IDRHa, no sentido de se promover uma maior parceria entre aquelas estruturas e os GAL as visitas de acompanhamento dos técnicos da EAT desenvolveram-se em conjunto com os Interlocutores Técnicos Regionais e promoveu-se a sua participação nas actividades da Rede LEADER+ designadamente nas Oficinas de Qualificação e de Cooperação e Encontros da Rede. Pretendeu-se, desta forma, promover a aproximação entre as instituições da Rede LEADER+ e a integração de apoios entre LEADER+ e a Medida AGRIS (Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais).

Relativamente ao mercados públicos foram emitidas orientações, que constam em normas, sobre a necessidade de os GAL fazerem cumprir as regras vigentes nos mercados públicos. De igual forma tem havido uma sensibilização dos GAL no sentido da verificação do cumprimento de uma forma generalizado dos normativos comunitários e nacionais sobre matérias de ambiente e ordenamento. Estas temáticas foram igualmente desenvolvidas nas acções da Rede.

As reuniões da Unidade de Gestão constituem igualmente um momento de aproximação entre as diversas instituições de coordenação na aplicação dos instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, uma vez que os elementos que a constituem são as DRA, GPPAA e IDRHa. Ainda de acrescentar que no processo de aprovação dos projectos de cooperação transnacional é efectuada uma consulta à UG para emissão de parecer sobre os projectos.



Igualmente com o intuito de cruzamento de informação, o Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar envia periodicamente listagens de projectos INTERREG, solicitando informação sobre eventuais cruzamentos de apoios.

No que diz respeito à prioridade horizontal ambiente não existem parcerias com autoridades ambientais ou ONG's. No entanto, no âmbito da Rede foi previsto em 2005, a ser operacionalizado em 2006, um conjunto de candidaturas envolvendo GAL e Direcções Regionais de Agricultura, e associadas a estas outras entidades na área do ensino universitário, do ambiente etc., que poderão desenvolver um conjunto de parcerias, que se pretende sejam efectivas. Com esta metodologia de envolvimento de actores externos, pretende-se alargar as áreas de debate no seio da Rede. Naturalmente que as áreas envolvendo questões relativas ao futuro FEADER são naturalmente prioritárias, como sejam, ambiente, ordenamento, diversificação, etc..



ANEXO 1 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CCE/PORTUGAL



ANEXO 2 – QUADROS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA NACIONAL

Anexo 2.1 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 1



Anexo 2.2 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 2



Anexo 2.3 – Quadros anuais de execução financeira – vector 1



Anexo 2.4 – Quadros anuais de execução financeira – vector 2



ANEXO 3 – INDICADORES COMUNS DE ACOMPANHAMENTO